

Estudos do IMB



# O Programa FOMENTAR/PRODUZIR Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões.

Julho/2012

**SEGPLAN**

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES  
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**SEGPLAN**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**  
**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS**  
**SOCIOECONÔMICOS - IMB**

---

**Programa Fomentar/Produzir**  
**Informações e Análises para o Estado e**  
**Microrregiões de Goiás**

---

**Estudos do IMB**

Julho/2012

**SEGPLAN**

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES**  
**DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

**SEGPLAN**

**SECRETARIA DE ESTADO DE**  
**GESTÃO E PLANEJAMENTO**



**GOVERNO DE**  
**GOIÁS**  
NOSSO ESTADO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO

## **GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Marconi Ferreira Perillo Júnior

## **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

Giuseppe Vecci

## **CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO**

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

## **INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Lillian Maria Silva Prado

## **EQUIPE TÉCNICA**

Eduiges Romanatto (Gerente de Estatísticas Socioeconômicas/SEGPLAN)

Marcos Fernando Arriel (Gerente de Estudos Socioeconômicos e Especiais/SEGPLAN)

Wellington Matos de Lima (Gerente de Auditoria/SIC)

## **CAPA**

Ricardo Misael Arantes Nascimento



Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste  
74115-030 – Goiânia – Goiás  
Tel: (62) 3201-6695/8481  
Internet: [www.segplan.go.gov.br](http://www.segplan.go.gov.br), [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)  
e-mail: [imb@segplan.go.gov.br](mailto:imb@segplan.go.gov.br)

Julho de 2012

## **O Programa Fomentar/Produzir - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões**

**Resumo:** Ao longo das últimas décadas, o Estado de Goiás tem apresentado ganhos de participação na renda gerada no país com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais. O primeiro programa de incentivo financeiro em Goiás foi o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) que preconizava de forma direta a geração de emprego e renda. Assim, o objetivo deste trabalho é o de trazer estatísticas e alguns resultados gerados pelo programa e o seu alcance pelas microrregiões de Goiás, bem como buscar uma relação financeira na geração de produção e emprego ao longo dos anos. As principais conclusões são a de que o programa contribuiu para incrementar o emprego, faturamento e o valor adicionado industrial do Estado.

**Palavras Chaves:** Programa Fomentar/Produzir, valor adicionado industrial, geração de empregos, investimento, benefícios fiscais.

### **1 Introdução**

O Estado de Goiás tem apresentado ganhos de participação na riqueza gerada no país nos últimos anos, com elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Parte deve-se à indústria, cujo desenvolvimento se deu por meio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria, bem como a emergência de novas atividades industriais atraídas pelas políticas de incentivos fiscais, praticadas por Goiás a partir de meados da década de 1980 (ARRIEL, 2010). Com isso, a participação do PIB goiano no Brasil que era de 2,05% em 1995 passou a 2,64% em 2009.

Conforme Paschoal (2009), o primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), instituído pela lei 9.489 em 1984 e, sendo no ano 2000, substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) que preconizava de forma direta a geração de empregos por meio da lei 13.591.

Concomitante aos incentivos fiscais havia também planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás como, conforme Pires e Ramos (2009), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975); o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de

Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer (1985). Além destes programas, foi instituído também o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 1989.

Esses planos de desenvolvimento e de incentivos fiscais buscavam atrair atividades industriais, principalmente alimentícias, buscando gerar oportunidades no Estado de Goiás, já que a agropecuária moderna e concentrada na produção de grãos e na pecuária de corte conta(va) com altos níveis de produtividade.

Assim, com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais, ocorreu crescimento da participação da economia goiana no cenário nacional. Hoje, de acordo com Oliveira *at al* (2010), Goiás mostra-se bastante integrado à economia nacional, sobretudo àqueles estados da região centro-sul, onde se tem uma relação de fluxo de comércio ao redor de 40% tanto para compras quanto para vendas.

Assim, o objetivo deste trabalho é o de trazer estatísticas e alguns resultados gerados pelo programa e o seu alcance pelas microrregiões de Goiás, bem como buscar uma relação financeira na geração de produção e emprego ao longo dos anos.

Os resultados principais são: 1) a concentração dos recursos na Metade Sul do Estado; 2) os grandes empreendimentos do Estado surgiram após o Programa Fomentar/Produzir; 3) que o programa contribuiu para incrementar o faturamento e o valor adicionado industrial do Estado e 4) ainda há algumas microrregiões que não usufruem dos benefícios do programa sendo que contribui para tal situação a falta de infraestrutura e aglomeração de pessoas, dois requisitos interessantes para o investimento produtivo se tornar atrativo.

Além dessa introdução, o trabalho tem mais cinco partes. A segunda aborda o panorama recente da economia brasileira e os reflexos na indústria; a terceira faz um breve histórico da economia goiana; a quarta discute a indústria goiana e o programa Fomentar/Produzir; a quinta comenta sobre o Programa Fomentar/Produzir com suas informações e análises, e a sexta tece as considerações finais.

## **2 Panorama Recente da Economia Brasileira e os Reflexos na Indústria**

A indústria brasileira, até a década de 1970, passava por um processo de concentração produtiva que convergia no sudeste brasileiro, sobretudo em São Paulo, e, a partir de então, aos poucos passa a ter movimentos de desconcentração espacial. Este movimento pode ser dividido em duas fases, a primeira se dá entre os anos de 1960 até início da década de 1980, a outra se dá a partir de meados dos anos de 1980. A primeira fase do processo de desconcentração produtiva foi provocada, em grande medida, pelas ações do Estado, por meio de políticas de desenvolvimento regional coordenadas em âmbito federal, e teve grandes avanços até o início dos anos de 1980, quando a crise fiscal financeira enfraquece o papel indutor do Estado brasileiro. A ausência do governo federal na condução das políticas de desenvolvimento regional provoca o surgimento das políticas

fiscais estaduais para a promoção de investimentos nos seus espaços geográficos, o que, pode-se dizer, inicia a segunda fase do processo de desconcentração industrial brasileiro.<sup>1</sup>

O movimento de desconcentração regional da indústria, a partir da década de 1970, foi determinado por um conjunto de variáveis que podem ser sintetizadas em quatro, como descrevem Diniz e Crocco (1996):

- a) os efeitos dos aumentos dos custos e da reversão da polarização das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo; b) o desenvolvimento da infra-estrutura e seus efeitos na unificação do mercado e na criação de economias de urbanização em várias outras cidades ou regiões; c) o papel da política econômica em termos de investimentos estatal produtivo direto e os incentivos fiscais regionais; d) o papel dos recursos naturais, através do impacto das fronteiras agrícola e mineral. (DINIZ & CROCCO, 1996).

A Tabela 1 mostra o processo de desconcentração industrial a partir da década de 1970, defendida por Diniz e Crocco (1996). É interessante observar a trajetória da perda de participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) e Pessoal Ocupado da região Sudeste brasileira em contrapartida com ganhos de outras regiões, sobretudo as regiões Norte e Centro-Oeste. Na primeira fase de desconcentração da indústria (1970 a 1985), a região Sudeste perdeu cerca de 10% da participação no VTI nacional, com pouca mudança de 1985 até 1996, momento em que participa com 68,4%, contudo, a partir desse ponto a queda de participação adquiriu um ritmo mais forte quando passa a participar com 60,5% do VTI brasileiro em 2009.

**Tabela 1: Participação do Valor da Transformação Industrial e Pessoal Ocupado das Grandes Regiões Geográficas do Brasil – 1970/2009**

Regiões / UF	Valor da Transformação Industrial (Estrutura %)					Pessoal Ocupado (Estrutura %)				
	1970	1985	1990	1996	2009	1970	1985	1990	1996	2009
NORTE	0,8	2,5	3,1	4,5	5,9	1,5	2,7	2,6	2,7	3,3
NORDESTE	5,7	8,6	8,4	7,5	10,0	10,2	10,8	11,8	10,5	13,0
SUDESTE	80,8	70,9	69,3	68,4	60,5	69,7	64,2	69,3	61,2	53,2
Minas Gerais	15,7	9,5	9,9	9,0	10,1	7,5	8,5	8,1	10,0	10,5
Rio de Janeiro	12,1	7,7	8,8	8,7	10,5	13,3	9,4	9,5	7,9	5,7
São Paulo	58,1	51,9	49,3	49,4	37,9	48,0	45,1	44,9	42,0	35,4
SUL	12,0	16,7	17,4	17,4	19,1	16,9	20,0	20,3	22,5	25,2
CENTRO-OESTE	0,8	1,4	1,8	2,2	4,5	1,4	2,2	2,1	3,1	5,3
BRASIL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, DINIZ E CROCCO (1996), para 2009 IBGE – PIA Empresa (2009)

Elaboração dos autores

<sup>1</sup>Há uma discussão se realmente a economia brasileira segue o processo de desconcentração posterior a 1985. Pacheco (1998), por exemplo, afirma que São Paulo continua comandando a economia nacional e o processo de desconcentração continuou, mas de forma “estreito”, “pontual” e “pífio”. Cano (1997) também afirma que, no período de 1970-1995, têm-se dois movimentos: a desconcentração produtiva no período 1970-1985 e a inflexão da desconcentração com tendência reconcentradora de 1985-1995.

A partir dos anos de 1980, a economia brasileira entrou numa profunda crise fiscal financeira do Estado, bem como numa desorganização nas finanças da maioria dos estados. Essa crise esgotou a poupança pública e esvaziou, por consequência, a capacidade de investimento do Estado, o que fez cair o padrão de intervenção estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos. Nesse quadro, ficaram esvaziadas as políticas industrial e regional, ambas controladas pelo governo federal (AMARAL FILHO, 1996).

Diante da falta de uma política nacional voltada para o desenvolvimento das regiões, principalmente as menos dinâmicas, os estados, fortalecidos pela autonomia fiscal pela constituição de 1988, passaram a desenvolver políticas locais de promoção do desenvolvimento da região, baseadas principalmente na concessão de benefícios fiscais, com objetivo de atrair investimentos. A postura pró-ativa dos governos estaduais brasileiros, além de buscar soluções para estimular o crescimento de suas economias e superar suas dificuldades econômicas, financeiras e sociais, buscou também estabelecer uma relação de menor dependência com relação ao governo federal (BARRETO, 2001)<sup>2</sup>.

Acrescido ao processo de autonomia concedido aos estados, o início dos anos de 1990 é marcado pela abertura econômica brasileira ao exterior. Neste período, evidencia-se a crise do modelo econômico adotado pelo governo brasileiro, que tinha forte presença estatal nos investimentos e no planejamento da economia. A diminuição da presença do governo e a maior abertura do mercado nacional à concorrência internacional mostram a incapacidade da produção interna de competir com os produtos estrangeiros, o que levou várias empresas a se reestruturarem em termos de organização e de produção.

A abertura da economia neste período fortaleceu as alterações em curso na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, cujos fluxos convergiam na direção da economia do sudeste brasileiro. Com a abertura econômica, surgiram novas alternativas de articulação regional, o que possibilitou aos sistemas produtivos internos uma ligação direta com o exterior (IPEA, 2002).

As políticas fiscais regionais, aliadas às mudanças ocorridas na economia brasileira ao longo da década de 1990, provocaram grandes transformações na espacialização da geração de riqueza, intervindo nas decisões locacionais dos agentes econômicos. Enquanto regiões tradicionais no processo de produção, como a Sudeste, via a participação do seu

---

<sup>2</sup>Embora essa atitude dos estados tenha contribuído para acirrar uma “guerra fiscal” entre os entes federados, estimulando comportamentos não cooperativos, o que contribuiu para uma desintegração das forças produtivas, foi uma saída para falta de um projeto nacional e de políticas ativas em nível federal, conforme Barreto (2001).

Produto Interno Bruto encolher, regiões como a Centro-Oeste, sobretudo o Estado de Goiás, obtiveram incremento significativo na participação do PIB nacional (Tabela 2)<sup>3</sup>.

**Tabela 2: Participação do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação e Grandes Regiões do Brasil – 1985-2009**

Regiões / UF	1985*	1995	2000	2009
<b>NORTE</b>	<b>3,84</b>	<b>4,22</b>	<b>4,38</b>	<b>5,04</b>
Rondônia	0,48	0,44	0,50	0,62
Acre	0,13	0,18	0,18	0,23
Amazonas	1,52	1,43	1,42	1,53
Roraima	0,07	0,14	0,15	0,17
Pará	1,52	1,56	1,62	1,80
Amapá	0,12	0,21	0,20	0,23
Tocantins	-	0,26	0,31	0,45
<b>NORDESTE</b>	<b>14,1</b>	<b>12,04</b>	<b>12,45</b>	<b>13,51</b>
Maranhão	0,74	0,91	1,01	1,23
Piauí	0,39	0,51	0,51	0,59
Ceará	1,72	1,95	1,92	2,03
Rio Grande do Norte	0,78	0,70	0,77	0,86
Paraíba	0,72	0,73	0,79	0,89
Pernambuco	2,62	2,30	2,29	2,42
Alagoas	0,86	0,66	0,66	0,66
Sergipe	0,92	0,54	0,55	0,61
Bahia	5,35	3,75	3,94	4,23
<b>SUDESTE</b>	<b>60,15</b>	<b>59,13</b>	<b>58,31</b>	<b>55,32</b>
Minas Gerais	9,61	8,63	8,53	8,86
Espírito Santo	1,72	1,99	1,97	2,06
Rio de Janeiro	12,7	11,19	11,85	10,92
São Paulo	36,12	37,31	35,96	33,47
<b>SUL</b>	<b>17,1</b>	<b>16,20</b>	<b>16,47</b>	<b>16,54</b>
Paraná	5,92	5,70	5,86	5,87
Santa Catarina	3,30	3,43	3,67	4,01
Rio Grande do Sul	7,88	7,07	6,94	6,66
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>4,81</b>	<b>8,41</b>	<b>8,39</b>	<b>9,59</b>
Mato Grosso do Sul	0,95	0,91	0,96	1,12
Mato Grosso	0,69	1,04	1,26	1,77
Goiás	1,80	2,05	2,23	2,64
Distrito Federal	1,37	4,41	3,94	4,06
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

Elaboração dos autores

(\*) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002.

O processo de desconcentração na geração de riquezas entre os estados brasileiros deveu-se principalmente ao processo de especialização industrial, que tem

<sup>3</sup> Embora os dados do PIB de 1985 sejam de base metodológica diferente do período posterior, é possível verificar a tendência do movimento da geração de riquezas no país.

buscado eficiência para fazer frente à competitividade num processo de globalização, bem como a preocupação das empresas industriais em procurar se modernizar, tanto pelo lado organizacional quanto tecnológico (SABÓIA, 2001). Foi neste período que as agroindústrias, por questões locacionais, reforçam o deslocamento para proximidade da matéria-prima.

Assim, após anos de concentração industrial no Estado de São Paulo e de polarização na sua área metropolitana, inicia-se o processo de reversão da polarização na década de 1970, mas é a partir da década de 1990, principalmente, que este processo de inversão passa a ser mais acentuado e que se pode perceber nos dados da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA) do IBGE as modificações em termos regionais (Tabela 3). Ao analisar essa série histórica desde 1996, início da pesquisa, a 2009, verifica-se que estados com maior concentração industrial perderam peso em relação à variável pessoal ocupado e valor da transformação industrial - VTI, diferença entre valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais. Em contrapartida, estados com menos tradição no setor industrial ganharam peso.

São Paulo, na região Sudeste, foi o estado que mais perdeu peso no país. Em 1996 detinha 41,97% de pessoas ocupadas na atividade industrial, reduzindo para 35,37% em 2009, com uma perda de 6,6 pontos percentuais no período (Tabela 3). No VTI, a indústria paulista também perdeu peso, em 1996 representava 49,39%, passando para 37,92% em 2009, redução de 11,5 pontos percentuais.

O Estado de Goiás, na região Centro-Oeste, foi um dos estados de destaque no ganho de participação em todas as variáveis, segundo dados do IBGE. No número de pessoal ocupado nas atividades industriais, representava 1,58% na indústria brasileira em 1996, passando para 2,67% no ano de 2009, obtendo incremento de 1,09 pontos percentuais. Com referência ao VTI, também seguiu a tendência de ganho de participação. Em 1996, representava 1,12%, passando para 2,27% em 2009, com incremento de 1,15 pontos percentuais<sup>4</sup>.

**Tabela 3: Participação do Valor da Transformação Industrial e Pessoal ocupado das Unidades da Federação e Grandes Regiões e Unidades da Federação do Brasil – 1996/2007**

Regiões / UF	Valor da Transformação Industrial (Estrutura %)			Pessoal Ocupado (Estrutura %)		
	1996	2009	Diferença 2009/1996	1996	2009	Diferenças 2009/1996
<b>NORTE</b>	<b>4,51</b>	<b>5,92</b>	<b>1,41</b>	<b>2,67</b>	<b>3,34</b>	<b>0,67</b>
Rondônia	0,07	0,20	0,13	0,27	0,34	0,07
Acre	0,01	0,03	0,02	0,03	0,07	0,04

<sup>4</sup> Além disso, a indústria goiana também seguiu a tendência da indústria nacional com crescimento da participação dos municípios não metropolitanos.

Regiões / UF	Valor da Transformação Industrial (Estrutura %)			Pessoal Ocupado (Estrutura %)		
	1996	2009	Diferença 2009/1996	1996	2009	Diferenças 2009/1996
Amazonas	3,34	3,82	0,48	1,20	1,46	0,26
Roraima	0	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02
Pará	1,01	1,78	0,77	1,05	1,24	0,19
Amapá	0,06	0,02	-0,04	0,04	0,05	0,01
Tocantins	0,02	0,06	0,04	0,05	0,15	0,10
<b>NORDESTE</b>	<b>7,53</b>	<b>10,01</b>	<b>2,48</b>	<b>10,53</b>	<b>12,99</b>	<b>2,46</b>
Maranhão	0,32	0,36	0,04	0,42	0,41	-0,01
Piauí	0,12	0,19	0,07	0,31	0,33	0,02
Ceará	1,14	1,41	0,27	2,17	2,94	0,77
Rio Grande do Norte	0,45	0,79	0,34	0,78	1,00	0,22
Paraíba	0,36	0,39	0,03	0,78	0,87	0,09
Pernambuco	1,59	1,49	-0,10	2,47	2,69	0,22
Alagoas	0,67	0,37	-0,30	1,22	1,39	0,17
Sergipe	0,23	0,49	0,26	0,38	0,55	0,17
Bahia	2,66	4,50	1,84	2,00	2,80	0,80
<b>SUDESTE</b>	<b>68,39</b>	<b>60,54</b>	<b>-7,85</b>	<b>61,16</b>	<b>53,19</b>	<b>-7,97</b>
Minas Gerais	9,03	10,07	1,04	9,99	10,49	0,50
Espírito Santo	1,31	2,08	0,77	1,35	1,66	0,31
Rio de Janeiro	8,65	10,48	1,83	7,86	5,68	-2,18
São Paulo	49,39	37,92	-11,47	41,97	35,37	-6,60
<b>SUL</b>	<b>17,36</b>	<b>19,1</b>	<b>1,74</b>	<b>22,54</b>	<b>25,24</b>	<b>2,70</b>
Paraná	5,23	7,28	2,05	6,20	8,26	2,06
Santa Catarina	4,48	4,57	0,09	6,73	8,17	1,44
Rio Grande do Sul	7,65	7,25	-0,4	9,61	8,81	-0,80
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,20</b>	<b>4,43</b>	<b>2,23</b>	<b>3,09</b>	<b>5,24</b>	<b>2,15</b>
Mato Grosso do Sul	0,37	0,67	0,30	0,51	0,97	0,46
Mato Grosso	0,49	1,20	0,71	0,71	1,21	0,50
Goiás	1,12	2,27	1,15	1,58	2,67	1,09
Distrito Federal	0,22	0,30	0,08	0,30	0,39	0,09
<b>BRASIL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE

Elaboração dos autores

### 3 Breve Histórico da Economia Goiana

No período de 1930-45, segundo Estevam (2004), a Região Centro-Oeste atraiu fluxos expressivos de trabalhadores que foram expulsos de seus locais de origem em busca de uma ocupação no processo produtivo. Em Goiás, a população que até então estava com maior representatividade em municípios situados ao longo da ferrovia que liga o Triângulo Mineiro a Anápolis, recebe grandes fluxos de pessoas na instalação da Colônia Agrícola de Ceres, aumentando a produção de grãos como arroz, milho e feijão.

A construção da nova capital de Goiás (Goiânia), que se dá entre os anos de 1933-42, reforça o surto migratório para a região central do Estado. Goiânia passa então a dividir

com o município de Anápolis, que já capitalizava um surto de desenvolvimento, as funções de eixo econômico e polo de atração de população, ainda mais que, nos anos 1950, a capital recebe ligação ferroviária (IPEA, 2002).

A integração regional brasileira teve seu arrefecimento ao redor dos anos 1950 quando investimentos em infraestrutura, principalmente rodoviária, ampliaram os fluxos de comércio. No caso do Centro-Oeste essa intensificação de comércio se deu com a “Marcha para o Oeste”, no governo Vargas, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios (ARBEX JR e OLIC, 1996). No Estado de Goiás, o aumento do fluxo de comércio teve como um dos embriões a instalação da primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres (KRENAC *at al.*, 1989).

Com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), inicia-se uma importante fase para o Centro-Oeste, sobretudo para Goiás, a construção de Brasília.

Como ressalta Diniz (2001) a construção de Brasília foi o elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro. Ela passou a funcionar como o nódulo de integração decorrente da construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá; Brasília-Barreiras, e suas ramificações. O crescimento de Brasília, em si, a expansão agropecuária e seus efeitos sobre o crescimento urbano e de suas atividades permitiram que o Centro-Oeste se transformasse em uma das regiões mais dinâmicas do país.

No final da segunda metade da década de 1960 e início da década seguinte, a região Centro-Oeste passa novamente por intensa transformação iniciando-se outro período de migração, com fluxo populacional menor, mas mais qualitativo. Neste período ocorre a entrada de novos produtos agrícolas a serem cultivados na região com necessidade de tecnologia a ser aplicada à produção e ocupando espaço das culturas tradicionais. Pode-se dizer que a ocupação e a transformação produtiva da região, que já contava com amplas políticas de desenvolvimento regional, continuou a contar com decisivos investimentos e incentivos públicos, que favoreceram, em grande medida, a implantação de uma agropecuária moderna. Com políticas gerais e específicas, o governo federal teve grande influência nesses aspectos (ARRIEL, 2010).

Com relação às políticas públicas de cunho específico à região, destacam-se: Programas Integrados de Colonização (criados a partir de 1970) – com objetivo de absorver os excedentes populacionais do Centro-sul e Nordeste; Programa de Incentivo Fiscal para Amazônia Legal (criado em 1966) – visando atrair investimentos para áreas compreendidas nesta localização; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro – criado em 1975) - considerado um dos programas mais completos, que visava à implantação da

agropecuária na concepção de polos de desenvolvimento; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer I – 1976) – promoção e expansão da agricultura moderna nos cerrados; e ainda outros como Prodepan, Prodegran Geoconômica, Poloamazônia e Polonoroeste (IPEA, 2002).

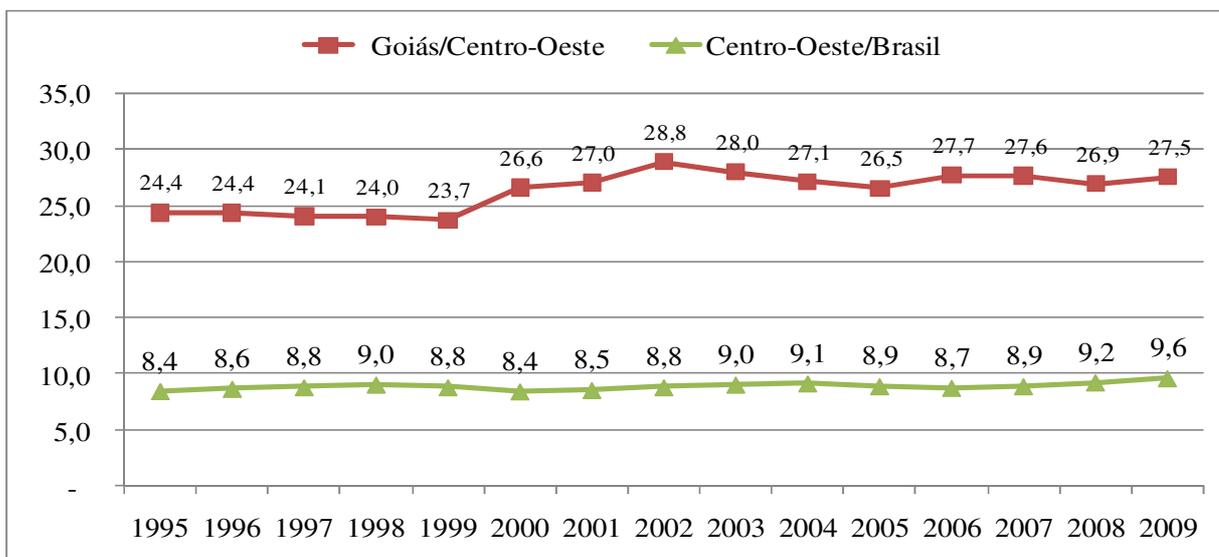
A implementação desse conjunto de políticas proporcionou a modernização das práticas agropecuárias e induziu a integração dessa atividade produtiva à indústria, na medida em que a indústria (a montante) fornecia insumos à agropecuária, que, por sua vez, alimentava a indústria (a jusante). Para Estevam (2004), o interesse do Estado brasileiro em modernizar a agricultura era no intuito de fortalecer o mercado consumidor para as indústrias de base, o que de fato ocorreu.

O Ipea (2002) sintetiza os principais fatos ocorridos no Centro-Oeste até os anos 1980: 1) a migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação regional, desde as décadas de 50 e 60, atraída pela nova capital federal e pelos projetos de colonização; 2) a infraestrutura implantada nesse período e a expansão populacional estimularam transformações na estrutura produtiva, preparando o Centro-Oeste para a modernização agropecuária dos anos 70 e 80, desdobrada em um importante complexo agroindustrial de grãos-carne.

No início dos anos 1980, o movimento migratório da população se dá do meio rural para os centros urbanos, devido à expansão da pecuária e ao crescimento das atividades agrícolas, principalmente da soja. Nesse período, o Estado brasileiro pouco contribuiu para a continuidade do avanço da região, devido à crise fiscal financeira. Nesses tempos entram em cena programas estaduais de incentivos fiscais como política agressiva de atração de investimentos, o que favoreceu ainda mais a implantação dos complexos agroindustriais.

Com a economia altamente vinculada ao setor agropecuário, o Centro-Oeste como um todo passou a experimentar taxas de crescimento econômico elevadas, bem acima da média nacional, aumentando, continuamente, sua participação no PIB. O Gráfico 1 mostra a participação crescente da região na economia brasileira. Enquanto em 1985 o PIB da região representava 4,81% em relação ao nacional, em 2009 passa a participar com 9,6% do PIB brasileiro.

**Gráfico 1: Participação (%) de Goiás no PIB do Centro-Oeste e do PIB do Centro-Oeste no do Brasil – 1995/2009**



Fonte: IBGE/Seplan-GO – Gerência de Contas Regionais, 2012  
 (\*) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002.  
 Elaboração dos autores

Como parte integrante da região Centro-Oeste, o Estado de Goiás seguiu a mesma tendência para o período, embora sua estrutura produtiva já estivesse bem mais diversificada que outros estados integrantes da região. No ano de 1985, o Estado participava com 1,80% do PIB brasileiro, caindo para 1,45% em 1989, primeiro ano sem as estatísticas da parte do Estado que passou a pertencer ao Tocantins, mas, em 2009, atinge 2,64% da economia nacional, conforme Gráfico 2.

**Gráfico 2: Participação (%) de Goiás no PIB do Brasil – 1985/2009**



Fonte: IBGE/Seplan-GO – Gerência de Contas Regionais, 2012.  
 Observações.: 1) O Estado do Tocantins pertencia a Goiás até 1988. 2) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002; 3) Embora que, no período de 1985 a 1994 o PIB seja de base metodológica diferente do período posterior, é visível a tendência de crescimento da participação do PIB de Goiás no total do Brasil.  
 Elaboração dos autores.

Assim, o processo migratório, o aumento da infraestrutura causada pela construção de Brasília, as políticas públicas federais e os incentivos estaduais favoreceram o Estado de Goiás. Isso contribuiu para que, a partir dos anos 1990, a economia goiana apresentasse desempenho bastante positivo, alcançando resultados econômicos superiores às médias registradas para o conjunto do país.

Nos anos 2000, o bom desempenho da economia goiana deveu-se principalmente a investimentos industriais que foram responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas do agronegócio e diversificação da estrutura produtiva do Estado. Isso contribuiu para a queda da sua dependência do setor agropecuário. Além da transformação industrial dos produtos agropecuários, “a ampliação da renda e o processo de urbanização contribuíram para a formação de um mercado interno regional com demandas por bens industriais, serviços modernos (financeiros, educacionais, saúde, informática), infraestrutura social urbana, com destaque para o saneamento, e construção civil” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

Esse processo de diversificação produtiva da economia goiana fez alterar o seu perfil em alguns aspectos. Isso pode ser percebido na Tabela 4, a seguir. Percebe-se que houve ganho relativo da participação da indústria e do comércio no PIB do Estado, de 20,4% em 1995, para 27% em 2009, para a primeira, e de 13,7% para 16,5% para a segunda.

**Tabela 4 - Participação das atividades produtivas no PIB de Goiás (%).**

Atividades	1995	2000	2005	2009
PIB				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	13,87	14,01	13,36	14,0
Indústria	20,43	24,02	25,97	27,0
Indústria extrativa	1,14	1,66	0,82	1,30
Indústria de transformação	11,19	11,46	13,92	15,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	3,14	4,07	5,34	4,10
Construção civil	4,95	6,84	5,88	6,40
Serviços	65,70	61,98	60,67	59,0
Comércio	13,72	11,98	13,23	16,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,15	3,67	4,54	4,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,36	14,05	14,29	12,9
Outros serviços	31,47	32,27	28,61	25,3

Fonte: IBGE, Seplan-GO/Seplan/Gerência de Contas Regionais – 2012  
Elaboração dos autores

Assim, o bom desempenho da economia goiana deveu-se principalmente a investimentos industriais que foram responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas

do agronegócio e diversificação da estrutura produtiva do Estado (...). Além da contribuição da transformação industrial dos produtos agropecuários, “a ampliação da renda e o processo de urbanização contribuem para a formação de um mercado interno regional com demandas por bens industriais e serviços modernos avançados (financeiros, educacionais, saúde, informática), infra-estrutura social urbana, com destaque para o saneamento, e construção civil” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

Esse processo de diversificação produtiva da economia goiana pode ser notado na Tabela 4 com a estabilidade da participação da agropecuária no PIB do Estado (13,87% em 1995, e 14% em 2009), e com o avanço do setor industrial e do comércio.

#### **4 A Indústria Goiana e o Programa Fomentar/Produzir**

A consolidação de Goiás, nos anos de 1980, como grande produtor de produtos da agropecuária aliado às políticas públicas estadual de incentivos fiscais, contribuiu para que grandes conglomerados industriais se instalassem no Estado, o que provocou grande transformação na estrutura produtiva, como informa Pires (2009):

Os anos 80 do século XX marcaram profundamente a estrutura industrial goiana devido à penetração de unidades de produção industrial que se instalaram no estado em decorrência dos instrumentos de incentivo fiscal desenvolvidos pelo governo estadual, do FCO, como também pela proximidade do mercado interno do Sudeste e a expansão da produção agrícola que favoreceu a oferta de matérias-primas em escala e preços módicos aos setores industriais.

Mas antes mesmo da instalação de grandes complexos agroindustriais já existiam, no Estado, plantas industriais que atendiam parte da demanda regional, como relatam Castro e Fonseca (1995):

A instalação de empresas agroindustriais no Centro-Oeste não é um processo recente, especialmente em se tratando de operações de beneficiamento superficial de produtos como arroz, abate de animais, madeiras, fubá de milho, etc. O que é relativamente novo na região é a presença de empresas agroindustriais de grande porte que estendem as suas operações ao mercado de *commodities*, de um lado, e ao mercado interno, de outro, integrando em nível regional duas cadeias produtivas, grãos e carnes, com resultados extremamente dinâmicos na região. (CASTRO; FONSECA, 1995, p.5).

Apesar do limitado dinamismo, as empresas regionais foram importantes para a formação da base para a instalação da agroindústria regional, na medida em que mobilizou recursos produtivos e organizou relativamente os mercados locais. Estas indústrias já apresentavam sinais de integração, principalmente os setores de grãos e carnes.

Paschoal (2001) também mostra que, antes mesmo do Estado de Goiás conceder incentivos que possibilitou a atração de investimentos de grandes empresas do agronegócio, o governo do Estado, em 1973, editou uma lei (Lei 7.700, de 19 de setembro

de 1973) que combinada ao final do II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) possibilitou a instalação de algumas plantas indústrias<sup>5</sup>.

Embora essas indústrias já apresentassem sinais de integração, principalmente os setores de grãos e carnes, é a partir de meados da década de 1980 que é considerado um “divisor de águas” para a indústria goiana, com as políticas de incentivos fiscais.

Conforme Paschoal (2009), o primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), instituído pela lei 9.489 de 1984 e, sendo no ano 2000, substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) que preconizava de forma direta a geração de empregos por meio da lei 13.591.

Concomitante aos incentivos fiscais havia também planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás como, conforme Pires e Ramos (2009), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975); o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer (1985). Além destes programas, foi instituído também o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 1989.

Esses planos de desenvolvimento e de incentivos fiscais buscavam atrair atividades industriais, principalmente alimentícias, buscando gerar oportunidades no Estado de Goiás, já que a agropecuária moderna e concentrada na produção de grãos e na pecuária de corte conta(va) com altos níveis de produtividade.

Assim, com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais, ocorreu crescimento da participação da economia goiana no cenário nacional. Hoje, de acordo com Oliveira *et al* (2010), Goiás mostra-se bastante integrado à economia nacional, sobretudo àqueles estados da região centro-sul, onde se tem uma relação de fluxo de comércio ao redor de 40% tanto para compras quanto para vendas. Junto com o crescimento da economia goiana ocorreu aumento do fluxo de comércio do Estado com as outras unidades da federação.

Assim, com o Fomentar, que tinha o objetivo de conceder benefícios fiscais para atrair plantas industriais (CASTRO Apud ARRIEL, 2010), faz-se surgir os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, além de outras importantes indústrias que iniciaram o processo de diversificação industrial em Goiás, como CAMECO (John Deere) e MMC (Mitsubishi) em Catalão e as grandes indústrias farmacêuticas no Polo de Anápolis, como Teuto, Neoquímica, Equipler e Greenpharma (ARRIEL, 2010).

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes consultar Paschoal (2001).

## 5 O Programa Fomentar/Produzir: informações e análises

Conforme a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), (2011), o Produzir<sup>6</sup> (incluindo-se o subprograma Microproduzir) é um Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais. Ainda, o Produzir e o Microproduzir atuam sob a forma de financiamento de parcela mensal de ICMS, até 73% ou 90%, respectivamente, devido pelas empresas beneficiárias. Ou seja, recolhem normalmente, mês a mês, 27% e 10%, respectivamente, do ICMS devido. Os prazos de fruição do benefício variam de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculados segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento, podendo chegar até 15 anos (Produzir) ou 5 anos (Microproduzir), com prazo limite o ano de 2020.

Para analisar a evolução, a distribuição, a participação e as relações dos incentivos do Programa com a geração de emprego apresentam-se as Tabelas 5, 6, 7 e 8, a seguir, que mostram os valores dos recursos a preços de 2010, aprovados ou em fruição, pelas Microrregiões do IBGE, bem como para a Metade Norte e Metade Suldo Estado de Goiás<sup>7</sup>.

Nota-se que nos primeiros três anos apenas municípios da Metade Sul usufruíram dos benefícios sendo que, dos 100% (Tabela 6), as Microrregiões de Anápolis e Goiânia monopolizaram o recebimento dos incentivos (81% do Investimento Fixo<sup>8</sup> e 60% dos empregos). A partir de 2003 o desnível na captação de benefícios do Produzir ainda continuou substancial, em média a Metade Sul absorveu 77% do Investimento Fixo contra 23% para a Metade Norte, sendo que nesta gerar-se-ia 18% do total dos empregos previstos e na sul 82%.

Também a partir de 2003 os benefícios pulverizaram-se pelas Microrregiões do Estado, contudo, das 18 Microrregiões 6 foram as que mais usufruíram do Programa Produzir (Anápolis, Goiânia, Entorno de Brasília, Meia Ponte, Sudoeste e Vale do Rio dos Bois). Como estas são as que detêm maior força econômica no Estado, mais empresas

---

<sup>6</sup> O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei n° 9.489, de 19/07/1984, tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Com a edição da Lei n° 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUIZIR, bem como as mesmas poderiam reformular seus projetos dentro do FOMENTAR (SIC, 2011).

<sup>7</sup> O critério para determinar se um município pertence à Metade Norte ou Sul foi o paralelo de 16S. Se a sede do município estiver acima do paralelo 16° pertence a Metade Norte, caso contrário pertencerá à Metade Sul. Para Visualizar o mapa veja anexo I.

<sup>8</sup> Isenção do ICMS cobrado no valor do investimento fixo realizado.

buscam incentivos para seu fortalecimento produtivo e é natural a maior absorção de tais benefícios por tais localidades.

Outra constatação (Tabela 5) é que, além de ter menor participação na busca dos recursos do Produzir, a Metade Norte tem uma relação Investimento Fixo e Empregos<sup>9</sup> maior (R\$ 375.506) que a sul (R\$ 223.374). Um dos motivos para isso é que a Metade Norte tem muitos empreendimentos na área de extração mineral que tem demanda por investimentos mais vultosos e é bastante mecanizado o que, por óbvio, não gera empregos diretos como outras atividades econômicas. Nessa direção e comparando-se com a relação para o Estado como um todo (R\$ 248.971 entre 2000 e setembro de 2011), percebe-se que nas microrregiões onde a média é maior que a do Estado ocorre, normalmente, investimentos ligados à atividade de extração de minérios, como na de Catalão, Porangatu e São Miguel do Araguaia, bem como na Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã, estas na região do nordeste goiano que acusa índices menores de desenvolvimento e crescimento no Estado. Portanto, localidades menos desenvolvidas ou ligadas a investimentos na área de minérios detêm as maiores relações Investimento Fixo e Empregos.

As microrregiões que detêm as menores relações Investimento Fixo e Empregos são, na ordem, as de Anápolis (R\$ 142.268), Goiânia (R\$ 159.960), Anicuns (R\$ 184.637) e Entorno de Brasília (R\$ 186.618). Observa-se valores com certa distância da média estadual (R\$ 248.971).

Assim, nota-se que algumas microrregiões não possuem capacidade de captação dos recursos do Programa ou se ocorrem recursos aprovados (Tabela 5), principalmente as da Metade Norte, a fruição não ocorre na mesma proporção (Tabela 7 e 8). As microrregiões que menos aprovam ou usufruem de recursos do Fomentar/Produzir são, principalmente, a de Aragarças, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos bois e Vão do Paranã. Contribuem para tal situação a falta de infraestrutura e a aglomeração de pessoas, dois requisitos interessantes para o investimento produtivo se tornar atrativo.

---

<sup>9</sup> Esta relação pode ser interpretada como o custo por emprego gerado pelo Produzir.

**Tabela 5 - Distribuição dos Recursos Aprovados e do Número de Empregos a ser Gerado pelo Programa PRODUIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Recursos em R\$ 1.000 de 2010.**

Microrregião	Variável	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
Anápolis	Invest. Fixo	-	106.354	60.354	691.853	481.313	553.061	480.341	162.660	476.109	30.103	16.069	4.805	3.063.023
	Credito	-	550.577	593.076	5.629.658	3.833.272	7.148.397	3.092.843	3.355.745	2.508.841	111.356	164.276	101.489	27.089.529
	Empregos	-	898	353	5.704	4.772	4.114	2.339	1.281	1.260	323	393	93	94
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	732	1.851	1.108	904	1.872	1.528	2.747	2.369	438	459	1.143	1.400
	Invest. Fixo/Emprego	-	118	171	121	101	134	205	127	378	93	41	52	142
Anicuns	Invest. Fixo	-	106.354	60.354	691.853	481.313	553.061	480.341	162.660	476.109	30.103	16.069	4.805	4.805
	Credito	-	550.577	593.076	5.629.658	3.833.272	7.148.397	3.092.843	3.355.745	2.508.841	111.356	164.276	101.489	101.489
	Empregos	-	-	-	1.990	-	92	19	52	403	-	-	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	246	-	2.935	9.385	3.568	4.129	-	-	-	1.090
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	60	-	30	147	683	775	-	-	-	185
Aragarças	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	557.168	-	15.787	-	572.956
	Credito	-	-	-	-	-	-	-	-	2.260.815	-	95.907	-	2.356.723
	Empregos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.236	-	93	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	1.260	-	1.201	-	1.258
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	249	-	170	-	246
Catalão	Invest. Fixo	-	-	6.335	97.036	21.279	185.669	-	505.679	21.717	2.604	24.023	571	864.915
	Credito	-	-	32.529	474.175	189.412	1.210.396	-	6.359.224	97.148	53.580	132.536	160.779	8.709.777
	Empregos	-	-	50	166	111	504	-	1.252	195	51	151	168	169
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	777	3.441	1.898	2.770	-	5.483	610	1.102	1.037	960	3.616
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	127	585	192	368	-	404	111	51	159	3	327
Ceres	Invest. Fixo	-	-	-	2.096.355	335	462.312	378.900	23.344	98.756	303	230	-	3.060.536
	Credito	-	-	-	233.001	1.346	927.642	3.315.798	95.295	615.763	726	5.345	-	5.194.915
	Empregos	-	-	-	684	50	3.453	348	132	853	28	24	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	3.405	34	403	10.617	899	838	37	232	-	1.482
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	3.065	7	134	1.089	177	116	11	10	-	549
Chapada dos Veadeiros	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	159.133	-	4.771	-	163.904
	Credito	-	-	-	-	-	-	-	-	640.069	-	50.934	-	691.004
	Empregos	-	-	-	-	-	-	-	-	596	-	24	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	1.341	-	2.321	-	1.379

**Tabela 5 - Distribuição dos Recursos Aprovados e do Número de Empregos a ser Gerado pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Recursos em R\$ 1.000 de 2010.**

Microrregião	Variável	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
	Fixo)/Emprego													
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	267	-	199	-	264
Entorno de Brasília	Invest. Fixo	-	1.879	3.590	322.764	51.613	176.263	107.567	325.266	534.883	83.611	40.488	7.380	1.655.302
	Credito	-	6.318	14.670	1.446.293	378.538	814.872	649.671	2.985.619	2.130.559	435.194	360.354	24.880	9.246.968
	Empregos	-	77	43	1.189	486	946	1.326	2.032	1.886	297	393	195	196
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	106	425	1.488	885	1.048	571	1.629	1.413	1.747	1.020	165	1.229
	Invest. Fixo/Emprego	-	24	83	271	106	186	81	160	284	282	103	38	187
Goiânia	Invest. Fixo	-	209.712	54.673	715.323	358.249	85.958	105.727	908.519	56.409	348.398	60.467	18.236	2.921.672
	Credito	-	539.277	251.914	3.179.342	4.352.768	1.477.385	1.497.031	4.497.961	316.136	2.205.898	605.430	126.389	19.049.531
	Empregos	-	348	394	3.779	3.192	2.023	1.896	2.267	762	1.835	1.477	292	293
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	2.152	778	1.031	1.476	773	845	2.385	489	1.392	451	495	1.203
	Invest. Fixo/Emprego	-	603	139	189	112	42	56	401	74	190	41	62	160
Iporá	Invest. Fixo	-	-	-	40.927	4.552	698	-	-	-	-	-	-	46.177
	Credito	-	-	-	346.898	167.155	2.791	-	-	-	-	-	-	516.844
	Empregos	-	-	-	107	126	13	-	-	-	-	-	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	3.625	1.363	268	-	-	-	-	-	-	2.289
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	382	36	54	-	-	-	-	-	-	188
Meia Ponte	Invest. Fixo	-	38.288	27.976	113.018	49.277	477.168	714.027	1.608.521	1.065.396	552	319.378	1.500	4.415.101
	Credito	-	125.455	432.461	367.974	181.040	1.271.638	2.508.105	7.368.365	4.513.703	3.404	1.307.459	26.830	18.106.435
	Empregos	-	368	688	660	660	2.002	942	6.970	2.505	15	1.828	63	64
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	445	669	729	349	874	3.421	1.288	2.227	264	890	450	1.349
	Invest. Fixo/Emprego	-	104	41	171	75	238	758	231	425	37	175	24	264
Pires do Rio	Invest. Fixo	-	-	0	20.620	743	9.045	324.480	291.782	-	2.570	-	3.270	652.510
	Credito	-	-	130.114	193.897	5.657	144.319	993.932	1.200.630	-	0	-	38.562	2.707.111
	Empregos	-	-	50	617	18	166	654	1.247	-	23	-	83	84
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	2.602	348	356	924	2.016	1.197	-	112	-	504	1.176
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	0	33	41	54	496	234	-	112	-	39	228
Porangatu	Invest. Fixo	-	-	-	48.448	25.191	832	63.937	250.742	57.643	356.404	-	2.540	805.738

**Tabela 5 - Distribuição dos Recursos Aprovados e do Número de Empregos a ser Gerado pelo Programa PRODUIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Recursos em R\$ 1.000 de 2010.**

Microrregião	Variável	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
	Credito	-	-	-	373.306	131.836	2.986	262.777	1.025.386	307.534	1.447.536	-	31.160	3.582.523
	Empregos	-	-	-	158	222	28	269	75	96	803	-	5	6
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	2.669	707	136	1.215	17.015	3.804	2.247	-	6.740	2.650
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	307	113	30	238	3.343	600	444	-	508	487
	Invest. Fixo	-	-	-	376	2.905	218.610	-	622.134	540.520	-	1.609	-	1.386.153
Quirinópolis	Credito	-	-	-	2.317	9.900	992.025	-	2.533.811	2.177.003	-	18.388	-	5.733.442
	Empregos	-	-	-	37	43	493	-	2.932	2.610	-	36	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	73	298	2.456	-	1.076	1.041	-	555	-	1.157
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	10	68	443	-	212	207	-	45	-	225
	Invest. Fixo	-	-	-	64.948	-	-	-	466.837	579.357	31.323	-	11.625	1.154.090
Rio Vermelho	Credito	-	-	-	207.303	-	-	-	1.909.349	2.350.854	228.541	-	42.767	4.738.814
	Empregos	-	-	-	1.400	-	-	-	696	2.716	772	-	311	312
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	194	-	-	-	3.414	1.079	337	-	175	1.000
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	46	-	-	-	671	213	41	-	37	196
	Invest. Fixo	-	-	-	82.085	-	-	-	28.016	-	-	-	-	110.101
São Miguel do Araguaia	Credito	-	-	-	536.632	-	-	130.919	-	-	-	-	-	667.550
	Empregos	-	-	-	284	-	-	60	-	-	-	-	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	2.179	-	-	2.649	-	-	-	-	-	2.261
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	289	-	-	467	-	-	-	-	-	320
	Invest. Fixo	45.361	-	-	502.972	31.987	88.820	961.721	1.602.628	1.354.967	395.178	208.185	-	5.191.820
Sudoeste de Goiás	Credito	142.108	-	-	1.033.974	795.545	545.383	3.125.932	6.162.067	5.229.399	1.634.295	843.453	-	19.512.155
	Empregos	128	-	-	5.274	382	559	2.866	3.008	2.663	1.431	38	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	1.465	-	-	291	2.166	1.135	1.426	2.581	2.473	1.418	27.675	-	1.511
	Invest. Fixo/Emprego	354	-	-	95	84	159	336	533	509	276	5.479	-	318
	Invest. Fixo	-	-	2.052	305.387	268	512.283	1.527.806	853.578	59.821	-	82.629	-	3.343.823
Vale do Rio dos Bois	Credito	-	-	26.449	1.098.820	888	1.432.563	4.658.557	3.832.652	318.857	-	349.555	-	11.718.342
	Empregos	-	-	40	1.528	22	1.940	3.586	4.565	146	-	82	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	713	919	53	1.002	1.725	1.027	2.594	-	5.271	-	1.265

**Tabela 5 - Distribuição dos Recursos Aprovados e do Número de Empregos a ser Gerado pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás – Recursos em R\$ 1.000 de 2010.**

Microrregião	Variável	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	51	200	12	264	426	187	410	-	1.008	-	281
Vão do Paranã	Invest. Fixo	-	-	-	39.123	-	-	-	6.159	1.978.984	2.328	-	-	2.026.594
	Credito	-	-	-	263.023	-	-	-	60.996	8.068.096	44.105	-	-	8.436.220
	Empregos	-	-	-	112	-	-	-	17	3.427	98	-	-	-
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	2.698	-	-	-	3.950	2.932	474	-	-	2.863
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	349	-	-	-	362	577	24	-	-	555
Metade Norte	Invest. Fixo	-	-	-	2.386.015	63.436	533.275	894.620	874.451	2.892.765	392.554	44.485	15.069	8.096.671
	Credito	-	-	-	1.911.776	251.475	1.473.334	5.273.479	3.625.345	12.364.971	1.734.843	308.187	95.492	27.038.902
	Empregos	-	-	-	2.941	408	3.941	2.541	1.502	7.871	1.737	293	328	329
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	-	-	-	1.461	772	509	2.427	2.996	1.938	1.225	1.204	337	1.630
	Invest. Fixo/Emprego	-	-	-	811	155	135	352	582	368	226	152	46	376
Metade Sul	Invest. Fixo	45.361	356.232	154.980	2.873.725	964.276	2.240.222	3.800.690	6.788.940	4.960.418	860.821	729.152	34.859	23.809.676
	Credito	142.108	1.221.627	1.481.213	13.845.603	9.795.881	14.764.267	15.137.622	37.911.739	20.521.595	4.429.793	3.625.449	457.363	123.334.260
	Empregos	128	1.691	1.618	20.748	9.676	12.392	11.764	25.024	14.483	3.939	4.246	882	883
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	1.465	933	1.011	806	1.112	1.372	1.610	1.786	1.759	1.343	1.026	558	1.380
	Invest. Fixo/Emprego	354	211	96	139	100	181	323	271	342	219	172	40	223
<b>Total Anual e geral do período</b>	Invest. Fixo	45.361	356.232	154.980	5.259.740	1.027.712	2.773.497	4.695.311	7.663.391	7.853.183	1.253.375	773.637	49.928	31.906.347
	Credito	142.108	1.221.627	1.481.213	15.757.379	10.047.356	16.237.600	20.411.101	41.537.084	32.886.566	6.164.636	3.933.637	552.855	150.373.162
	Empregos	128	1.691	1.618	23.689	10.084	16.333	14.305	26.526	22.354	5.676	4.539	1.210	1.211
	(Credito + Invest. Fixo)/Emprego	1.465	933	1.011	887	1.098	1.164	1.755	1.855	1.822	1.307	1.037	498	1.422
	Invest. Fixo/Emprego	354	211	96	222	102	170	328	289	351	221	170	41	249

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

\* Obs.: Para 2011, valores até setembro.

Elaboração dos autores

**Tabela 6 - Participação percentual dos créditos aprovados pelo PRODUZIR por Microrregiões e Metade Norte/Sul (2000-2011\*).**

Microrregião	Dados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
Anápolis	Invest. Fixo	-	29,9	38,9	13,2	46,8	19,9	10,2	2,1	6,1	2,4	2,1	9,6	9,6
	Crédito	-	45,1	40,0	35,7	38,2	44,0	15,2	8,1	7,6	1,8	4,2	18,4	18,0
	Empregos	-	53,1	21,8	24,1	47,3	25,2	16,4	4,8	5,6	5,7	8,7	7,7	16,8
Anicuns	Invest. Fixo	-	29,9	38,9	13,2	46,8	19,9	10,2	2,1	6,1	2,4	2,1	9,6	9,6
	Crédito	-	45,1	40,0	35,7	38,2	44,0	15,2	8,1	7,6	1,8	4,2	18,4	18,0
	Empregos	-	-	-	8,4	-	0,6	0,1	0,2	1,8	-	-	-	2,0
Aragarças	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	7,1	-	2,0	-	1,8
	Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	6,9	-	2,4	-	1,6
	Empregos	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	2,0	-	1,8
Catalão	Invest. Fixo	-	-	4,1	1,8	2,1	6,7	-	6,6	0,3	0,2	3,1	1,1	2,7
	Crédito	-	-	2,2	3,0	1,9	7,5	-	15,3	0,3	0,9	3,4	29,1	5,8
	Empregos	-	-	3,1	0,7	1,1	3,1	-	4,7	0,9	0,9	3,3	13,9	2,1
Ceres	Invest. Fixo	-	-	-	39,9	0,0	16,7	8,1	0,3	1,3	0,0	0,0	-	9,6
	Crédito	-	-	-	1,5	0,0	5,7	16,2	0,2	1,9	0,0	0,1	-	3,5
	Empregos	-	-	-	2,9	0,5	21,1	2,4	0,5	3,8	0,5	0,5	-	4,3
Chapada dos Veadeiros	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	2,0	-	0,6	-	0,5
	Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,3	-	0,5
	Empregos	-	-	-	-	-	-	-	-	2,7	-	0,5	-	0,5
Entorno de Brasília	Invest. Fixo	-	0,5	2,3	6,1	5,0	6,4	2,3	4,2	6,8	6,7	5,2	14,8	5,2
	Crédito	-	0,5	1,0	9,2	3,8	5,0	3,2	7,2	6,5	7,1	9,2	4,5	6,1
	Empregos	-	4,6	2,7	5,0	4,8	5,8	9,3	7,7	8,4	5,2	8,7	16,1	6,9
Goiânia	Invest. Fixo	-	58,9	35,3	13,6	34,9	3,1	2,3	11,9	0,7	27,8	7,8	36,5	9,2
	Crédito	-	44,1	17,0	20,2	43,3	9,1	7,3	10,8	1,0	35,8	15,4	22,9	12,7
	Empregos	-	20,6	24,4	16,0	31,7	12,4	13,3	8,5	3,4	32,3	32,5	24,1	14,3
Iporá	Invest. Fixo	-	-	-	0,8	0,4	0,0	-	-	-	-	-	-	0,1
	Crédito	-	-	-	2,2	1,7	0,0	-	-	-	-	-	-	0,3
	Empregos	-	-	-	0,5	1,2	0,1	-	-	-	-	-	-	0,2
Meia Ponte	Invest. Fixo	-	10,7	18,1	2,1	4,8	17,2	15,2	21,0	13,6	0,0	41,3	3,0	13,8
	Crédito	-	10,3	29,2	2,3	1,8	7,8	12,3	17,7	13,7	0,1	33,2	4,9	12,0
	Empregos	-	21,8	42,5	2,8	6,5	12,3	6,6	26,3	11,2	0,3	40,3	5,2	13,0
Pires do Rio	Invest. Fixo	-	-	0,0	0,4	0,1	0,3	6,9	3,8	-	0,2	-	6,6	2,0
	Crédito	-	-	8,8	1,2	0,1	0,9	4,9	2,9	-	0,0	-	7,0	1,8

**Tabela 6 - Participação percentual dos créditos aprovados pelo PRODUIR por Microrregiões e Metade Norte/Sul (2000-2011\*).**

Microrregião	Dados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
Porangatu	Empregos	-	-	3,1	2,6	0,2	1,0	4,6	4,7	-	0,4	-	6,9	2,2
	Invest. Fixo	-	-	-	0,9	2,5	0,0	1,4	3,3	0,7	28,4	-	5,1	2,5
	Crédito	-	-	-	2,4	1,3	0,0	1,3	2,5	0,9	23,5	-	5,6	2,4
Quirinópolis	Empregos	-	-	-	0,7	2,2	0,2	1,9	0,3	0,4	14,1	-	0,4	1,3
	Invest. Fixo	-	-	-	0,0	0,3	7,9	-	8,1	6,9	-	0,2	-	4,3
	Crédito	-	-	-	0,0	0,1	6,1	-	6,1	6,6	-	0,5	-	3,8
Rio Vermelho	Empregos	-	-	-	0,2	0,4	3,0	-	11,1	11,7	-	0,8	-	4,8
	Invest. Fixo	-	-	-	1,2	-	-	-	6,1	7,4	2,5	-	23,3	3,6
	Crédito	-	-	-	1,3	-	-	-	4,6	7,1	3,7	-	7,7	3,2
São Miguel do Araguaia	Empregos	-	-	-	5,9	-	-	-	2,6	12,1	13,6	-	25,7	4,6
	Invest. Fixo	-	-	-	1,6	-	-	0,6	-	-	-	-	-	0,3
	Crédito	-	-	-	3,4	-	-	0,6	-	-	-	-	-	0,4
Sudoeste de Goiás	Empregos	-	-	-	1,2	-	-	0,4	-	-	-	-	-	0,3
	Invest. Fixo	100,0	-	-	9,6	3,1	3,2	20,5	20,9	17,3	31,5	26,9	-	16,3
	Crédito	100,0	-	-	6,6	7,9	3,4	15,3	14,8	15,9	26,5	21,4	-	13,0
Vale do Rio dos Bois	Empregos	100,0	-	-	22,3	3,8	3,4	20,0	11,3	11,9	25,2	0,8	-	12,8
	Invest. Fixo	-	-	1,3	5,8	0,0	18,5	32,5	11,1	0,8	-	10,7	-	10,5
	Crédito	-	-	1,8	7,0	0,0	8,8	22,8	9,2	1,0	-	8,9	-	7,8
Vão do Paranã	Empregos	-	-	2,5	6,5	0,2	11,9	25,1	17,2	0,7	-	1,8	-	9,3
	Invest. Fixo	-	-	-	0,7	-	-	-	0,1	25,2	0,2	-	-	6,4
	Crédito	-	-	-	1,7	-	-	-	0,1	24,5	0,7	-	-	5,6
Metade Norte	Empregos	-	-	-	0,5	-	-	-	0,1	15,3	1,7	-	-	2,9
	Invest. Fixo	-	-	-	45,4	6,2	19,2	19,1	11,4	36,8	31,3	5,8	30,2	25,4
	Crédito	-	-	-	12,1	2,5	9,1	25,8	8,7	37,6	28,1	7,8	17,3	18,0
Metade Sul	Empregos	-	-	-	12,4	4,0	24,1	17,8	5,7	35,2	30,6	6,5	27,1	16,8
	Invest. Fixo	100,0	100,0	100,0	54,6	93,8	80,8	80,9	88,6	63,2	68,7	94,2	69,8	74,6
	Crédito	100,0	100,0	100,0	87,9	97,5	90,9	74,2	91,3	62,4	71,9	92,2	82,7	82,0
	Empregos	100,0	100,0	100,0	87,6	96,0	75,9	82,2	94,3	64,8	69,4	93,5	72,9	83,2

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

\* Obs.: Para 2011, valores até setembro.

Elaboração dos autores

**Tabela 7 - Distribuição de Recursos em Fruição e do Número de Empregos Gerados pelo Programa PRODUIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás (Recursos em R\$ 1.000 e atualizados para 2010)**

Microrregião	Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Anápolis	Invest. Fixo	3.272	53.825	27.931	16.462	42.086	13.811	27.543	5.758	69.858	686.485	10.388
	Crédito	193.044	693.588	129.355	433.541	395.622	36.125	381.812	55.288	1.185.776	7.499.128	132.676
	Empregos	173	640	461	415	502	273	575	285	751	1.311	91
Anicuns	Invest. Fixo					15.160	1.171		65.165	1.462	6.282	
	Crédito					47.559	28.702		221.861	5.283	24.627	
	Empregos					68	35		127	37	55	
Aragarças	Invest. Fixo		3.704					1.213				
	Crédito		11.978					5.465				
	Empregos		30					18				
Catalão	Invest. Fixo		1.206	7.442	133.646	2.813	6.976	21.368	3.535		48.248	
	Crédito		73.576	156.414	2.314.550	55.863	101.957	290.915	15.968		676.038	
	Empregos		64	140	646	432	82	138	39		253	
Ceres	Invest. Fixo	40.821	0	23.562	15.857			37.004	1.488	6.083	10.960	
	Crédito	344.019	0	129.336	53.561			435.178	10.555	243.299	273.887	
	Empregos	600		2	327			314	26	124	79	
Chapada dos Veadeiros	Invest. Fixo			423								
	Crédito			43.344								
	Empregos			12								
Entorno de Brasília	Invest. Fixo		1.082	259.315	1.122		15.000	124.288	886	3.067	34.719	
	Crédito		2.442	1.840.762	3.855		32.802	315.575	41.486	61.873	694.050	
	Empregos		22	1.001	30		50	582	84	42	538	
Goiânia	Invest. Fixo		111.340	35.799	34.161	20.989	152.526	98.880	36.341	110.269	47.366	4.555
	Crédito		1.589.045	429.395	491.422	84.166	1.117.060	609.644	727.041	1.407.173	671.130	95.170
	Empregos		3.003	670	1.032	631	1.121	1.073	917	1.810	851	373
Iporá	Invest. Fixo			10.007	1.488							
	Crédito			32.820	142.111							
	Empregos			37	70							
Meia Ponte	Invest. Fixo		359	66.410	20.438	334	10.475	91.020		319.979	367.967	306.574
	Crédito		1.236	546.448	37.585	778	140.691	915.623		1.904.674	420.456	1.237.825
	Empregos		209	382	325	60	109	1.595		1.478	1.294	1.500
Pires do Rio	Invest. Fixo					1.032		8.957	3.470			

**Tabela 7 - Distribuição de Recursos em Fruição e do Número de Empregos Gerados pelo Programa PRODUZIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás (Recursos em R\$ 1.000 e atualizados para 2010)**

Microrregião	Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Crédito					3.357		372.928	225.145	121.849		
	Empregos					48		338				
Porangatu	Invest. Fixo	2.559	11.452		3.386		110.739					
	Crédito	157.954	198.253		34.566		338.566					
	Empregos	100	160		121		76					
Quirinópolis	Invest. Fixo			4.607				2.291	1.765.965	193.559		
	Crédito			39.204				15.003	7.172.536	597.600		
	Empregos			151				18	4.659	952		
Rio Vermelho	Invest. Fixo									2.907		
	Crédito									14.684		
	Empregos									24		
São Miguel do Araguaia	Invest. Fixo						18.348					
	Crédito						97.068					
	Empregos						209					
Sudoeste de Goiás	Invest. Fixo	765		19.218	119.360	20.115	207.545		154.167	1.674.986	291.597	2.423
	Crédito	10.007		439.440	810.748	276.942	1.313.057		704.499	6.488.524	2.047.150	21.521
	Empregos	52		254	101	261	1.274		936	2.139	1.454	23
Vale do Rio dos Bois	Invest. Fixo				3.636			1.159	15.090		5.071	
	Crédito				12.849			6.106	400.830		33.857	
	Empregos				35			10	411		57	
Metade Norte	Invest. Fixo	43.380	11.452	23.985	19.244		148.805	161.292	1.488	12.056	10.960	
	Crédito	501.973	198.253	172.680	88.127		478.474	750.754	10.555	319.856	273.887	
	Empregos	700	160	14	448		370	896	26	190	79	
Metade Sul	Invest. Fixo	4.037	171.516	430.730	330.313	102.529	387.786	252.430	2.050.377	2.370.113	1.487.735	323.940
	Crédito	203.051	2.371.865	3.613.838	4.246.660	864.287	2.727.553	2.597.497	9.564.654	11.710.879	12.066.435	1.487.192
	Empregos	225	3.968	3.096	2.654	2.002	2.859	3.765	7.458	7.167	5.813	1.987
Total Geral	Invest. Fixo	47.417	182.968	454.715	349.556	102.529	536.592	413.721	2.051.865	2.382.169	1.498.695	323.940
	Crédito	705.024	2.570.118	3.786.518	4.334.787	864.287	3.206.027	3.348.251	9.575.209	12.030.735	12.340.322	1.487.192
	Empregos	925	4.128	3.110	3.102	2.002	3.229	4.661	7.484	7.357	5.892	1.987

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Elaboração dos autores

**Tabela 8 - Distribuição de Recursos em Fruição pelo Programa PRODUIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás e dos Empregos Gerados (%)**

Microrregião	Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
Anápolis	Invest. Fixo	6,9	29,4	6,1	4,7	41,0	2,6	6,7	0,3	2,9	45,8	3,2	13,6
	Crédito	27,4	27,0	3,4	10,0	45,8	1,1	11,4	0,6	9,9	60,8	8,9	18,7
	Empregos	18,7	15,5	14,8	13,4	25,1	8,5	12,3	3,8	10,2	22,3	4,6	13,6
Anicuns	Invest. Fixo	-	-	-	-	14,8	0,2	-	3,2	0,1	0,4	-	1,7
	Crédito	-	-	-	-	5,5	0,9	-	2,3	0,0	0,2	-	0,8
	Empregos	-	-	-	-	3,4	1,1	-	1,7	0,5	0,9	-	0,7
Aragarças	Invest. Fixo	-	2,0	-	-	-	-	0,3	-	-	-	-	0,2
	Crédito	-	0,5	-	-	-	-	0,2	-	-	-	-	0,1
	Empregos	-	0,7	-	-	-	-	0,4	-	-	-	-	0,1
Catalão	Invest. Fixo	-	0,7	1,6	38,2	2,7	1,3	5,2	0,2	-	3,2	-	4,8
	Crédito	-	2,9	4,1	53,4	6,5	3,2	8,7	0,2	-	5,5	-	7,7
	Empregos	-	1,6	4,5	20,8	21,6	2,5	3,0	0,5	-	4,3	-	5,3
Ceres	Invest. Fixo	86,1	-	5,2	4,5	-	-	8,9	0,1	0,3	0,7	-	9,6
	Crédito	48,8	-	3,4	1,2	-	-	13,0	0,1	2,0	2,2	-	6,4
	Empregos	64,9	-	0,1	10,5	-	-	6,7	0,3	1,7	1,3	-	7,8
Chapada dos Veadeiros	Invest. Fixo	-	-	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
	Crédito	-	-	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1
	Empregos	-	-	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
Entorno de Brasília	Invest. Fixo	-	0,6	57,0	0,3	-	2,8	30,0	0,0	0,1	2,3	-	8,5
	Crédito	-	0,1	48,6	0,1	-	1,0	9,4	0,4	0,5	5,6	-	6,0
	Empregos	-	0,5	32,2	1,0	-	1,5	12,5	1,1	0,6	9,1	-	5,3
Goiânia	Invest. Fixo	-	60,9	7,9	9,8	20,5	28,4	23,9	1,8	4,6	3,2	1,4	14,8
	Crédito	-	61,8	11,3	11,3	9,7	34,8	18,2	7,6	11,7	5,4	6,4	16,2
	Empregos	-	72,7	21,5	33,3	31,5	34,7	23,0	12,3	24,6	14,4	18,8	26,1
Iporá	Invest. Fixo	-	-	2,2	0,4	-	-	-	-	-	-	-	0,2
	Crédito	-	-	0,9	3,3	-	-	-	-	-	-	-	0,4
	Empregos	-	-	1,2	2,3	-	-	-	-	-	-	-	0,3
Meia Ponte	Invest. Fixo	-	0,2	14,6	5,8	0,3	2,0	22,0	-	13,4	24,6	94,6	16,1
	Crédito	-	0,0	14,4	0,9	0,1	4,4	27,3	-	15,8	3,4	83,2	13,6
	Empregos	-	5,1	12,3	10,5	3,0	3,4	34,2	-	20,1	22,0	75,5	16,9
Pires do Rio	Invest. Fixo	-	-	-	-	1,0	-	2,2	0,2	-	-	-	0,3
	Crédito	-	-	-	-	0,4	-	11,1	2,4	1,0	-	-	1,4
	Empregos	-	-	-	-	2,4	-	7,3	-	-	-	-	0,9
Porangatu	Invest. Fixo	5,4	6,3	-	1,0	-	20,6	-	-	-	-	-	3,0
	Crédito	22,4	7,7	-	0,8	-	10,6	-	-	-	-	-	3,8

**Tabela 8 - Distribuição de Recursos em Fruição pelo Programa PRODUIR nas Microrregiões e Metade Norte/Sul de Goiás e dos Empregos Gerados (%)**

Microrregião	Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2000 a 2011
	Empregos	10,8	3,9	-	3,9	-	2,4	-	-	-	-	-	1,9
Quirinópolis	Invest. Fixo	-	-	1,0	-	-	-	0,6	86,1	8,1	-	-	8,7
	Crédito	-	-	1,0	-	-	-	0,4	74,9	5,0	-	-	7,4
	Empregos	-	-	4,9	-	-	-	0,4	62,3	12,9	-	-	7,3
Rio Vermelho	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	0,0
	Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	0,0
	Empregos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	-	-	0,0
São Miguel do Araguaia	Invest. Fixo	-	-	-	-	-	3,4	-	-	-	-	-	0,3
	Crédito	-	-	-	-	-	3,0	-	-	-	-	-	0,3
	Empregos	-	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-	-	0,6
Sudoeste de Goiás	Invest. Fixo	1,6	-	4,2	34,1	19,6	38,7	-	7,5	70,3	19,5	0,7	17,8
	Crédito	1,4	-	11,6	18,7	32,0	41,0	-	7,4	53,9	16,6	1,4	16,7
	Empregos	5,6	-	8,2	3,3	13,0	39,5	-	12,5	29,1	24,7	1,2	12,5
Vale do Rio dos Bois	Invest. Fixo	-	-	-	1,0	-	-	0,3	0,7	-	0,3	-	0,2
	Crédito	-	-	-	0,3	-	-	0,2	4,2	-	0,3	-	0,4
	Empregos	-	-	-	1,1	-	-	0,2	5,5	-	1,0	-	0,7
Metade Norte	Invest. Fixo	91,5	6,3	5,3	5,5	-	27,7	39,0	0,1	0,5	0,7	-	16,1
	Crédito	71,2	7,7	4,6	2,0	-	14,9	22,4	0,1	2,7	2,2	-	11,6
	Empregos	75,7	3,9	0,5	14,4	-	11,5	19,2	0,3	2,6	1,3	-	11,8
Metade Sul	Invest. Fixo	8,5	93,7	94,7	94,5	100,0	72,3	61,0	99,9	99,5	99,3	100,0	83,9
	Crédito	28,8	92,3	95,4	98,0	100,0	85,1	77,6	99,9	97,3	97,8	100,0	88,4
	Empregos	24,3	96,1	99,5	85,6	100,0	88,5	80,8	99,7	97,4	98,7	100,0	88,2

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Elaboração dos autores

## 5.1 Projetos aprovados e efetivamente em fruição

Desde a implantação do programa Fomentar foram aprovados 1.565 projetos, sendo que destes, 364 foram efetivamente implementados. Até maio de 2012 já haviam encerrado a utilização do benefício 224 projetos e 140 ainda estavam dentro do período de utilização. Com o programa Produzir, no período de 2001 a maio de 2012 foram 1.399 projetos aprovados sendo que 650 foram contratados.

**Tabela 9 - Projetos aprovados e efetivamente em fruição pelo Fomentar – 1985 a maio de 2012.**

Projetos Aprovados	Projetos		
	Em utilização	Encerrados	Total
1.565	140	224	364

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio - Programa Fomentar/Produzir (2012)  
Elaboração dos autores

Posteriormente, no ano de 2000, Goiás tornou-se mais agressivo na atração de empreendimentos industriais com a criação do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir). Para Castro (2007), o novo programa de incentivo à industrialização apresentou dois importantes avanços: O primeiro é o de incorporar um conjunto de mecanismos de seletividade setorial e regional ao programa de incentivos, com foco no estímulo à verticalização e agregação de valor à produção primária de Goiás, segundo, na redução das desigualdades regionais no âmbito do próprio Estado.

Com a implementação do Produzir, outras grandes empresas se instalaram em Goiás. Entre os anos 2001 e maio de 2012, foram contratados 650 projetos de concessão de benefícios fiscais para implantação ou expansão de empreendimentos industriais, dos quais 289 estão em fruição.<sup>10</sup> Esses projetos somaram R\$ 11,7 e R\$ 72,5 bilhões em investimentos previstos e incentivos concedidos, respectivamente.

Os dois programas de incentivos fiscais implementados em Goiás estiveram orientados para o desenvolvimento de três grandes grupos de segmentos industriais: 1) processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações; 2) química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; 3) setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas (CASTRO et al 2009).

A partir de 1999, além dos incentivos do Produzir, Goiás também promoveu um intenso processo de redução de alíquotas de ICMS e criação de uma ampla gama de

<sup>10</sup> Durante esse período, 1.399 projetos foram aprovados junto ao conselho do Programa sendo 650 os que avançaram e foram efetivamente contratados.

benefícios fiscais pontuais para ampliar a competitividade, principalmente dos segmentos industriais citados no parágrafo anterior.

## **5.2 A efetividade do programa Fomentar/Produzir**

Dos 1.399 projetos aprovados no Produzir<sup>11</sup> no período de 2001 a maio de 2012, 650 foram contratados, contemplando 81 municípios em 17 das 18 Microrregiões do Estado (Tabela 10 e Gráficos 3 e 4)).

Com relação aos empregos gerados pelos projetos em fruição do Produzir, fazendo-se a sua relação com o saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)<sup>12</sup> chega-se a uma média anual de 12% entre 2001 e 2011. Ou seja, nota-se uma grande representatividade (12%) do programa no fomento à geração de emprego. Adotando-se as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>13</sup> a representatividade média anual é de 6,5% entre 2001 e 2010. Assim, tanto na comparação com o CAGED quanto com a RAIS, o impacto na geração de emprego é considerável.

A Microrregião de Goiânia foi a que recebeu o maior número de projetos e gerou o maior número de empregos diretos, 20,07% do total, mas as microrregiões do Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Anápolis receberam os maiores investimentos, 23,29%, 15,69% e 12,84% do total, respectivamente. Esses investimentos estão intimamente ligados ao setor sucroalcooleiro para as duas primeiras microrregiões e automotivo, farmacêutico e de bebidas para a última. A Microrregião de Goiânia se destaca nos setores alimentício, embalagens, laticínios e higiene. As microrregiões de Sudoeste Goiano, Quirinópolis, Anápolis e Goiânia absorveram 60,38% de todo o investimento previsto para o Estado de Goiás.

Por outro lado as microrregiões de Anicuns, São Miguel do Araguaia, Iporá e Rio Vermelho receberam os menores investimentos e benefícios concedidos. E o mais curioso é que a Microrregião do Vão do Paranã (Nordeste Goiano) não captou nenhum recurso e não usufrui de tais incentivos.

---

11 A análise baseia-se nos projetos contratados do Produzir, excluindo as contratações que são apenas de mudança de sócio, endereço ou que não influenciem nos investimentos ou benefício.

12 CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

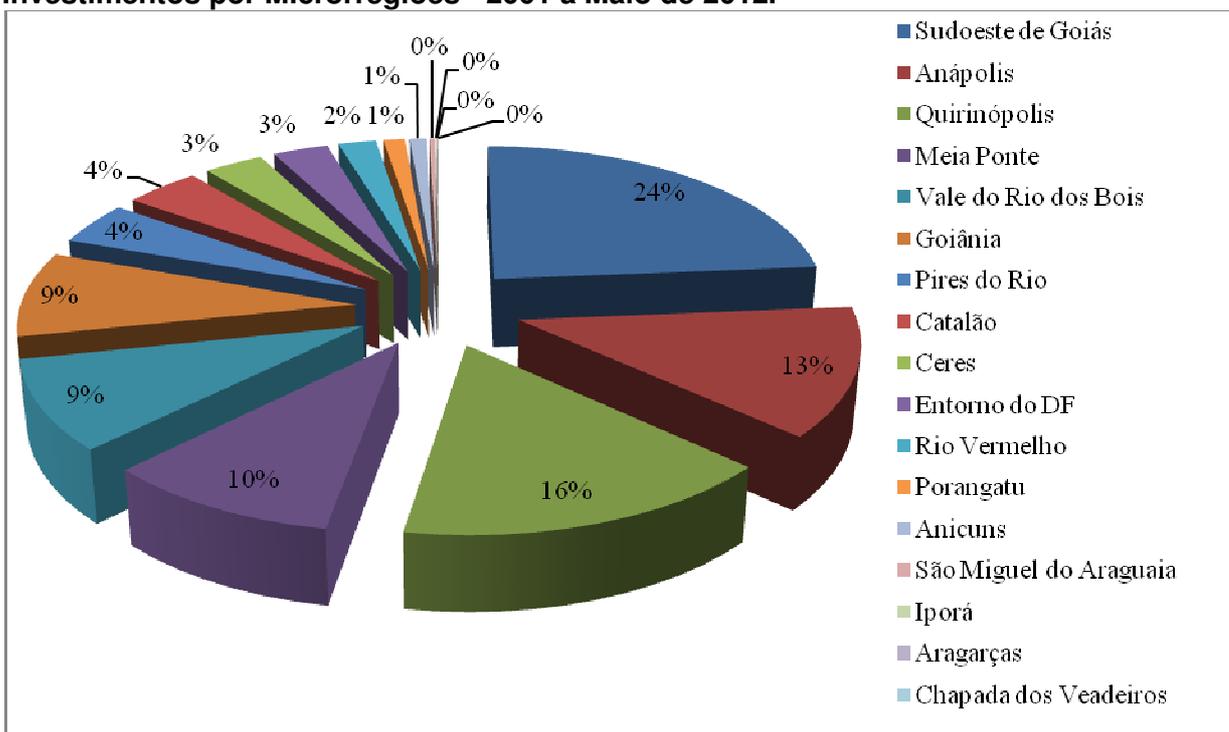
13 RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

**Tabela 10 - Projetos Contratados do Produzir por Microrregiões - 2001 a Maio de 2012**

<b>Projetos</b>	<b>Microrregiões</b>	<b>Empregos</b>	<b>Repres. (%)</b>	<b>Investimento (R\$)</b>	<b>Repres. (%)</b>	<b>Benefício Concedido (R\$)</b>	<b>Repres. (%)</b>
46	Sudoeste de Goiás	27.220	15,4	2.728.234.368	23,3	11.896.757.466	16,4
9	Quirinópolis	12.293	7,0	1.837.915.634	15,7	6.303.078.168	8,7
132	Anápolis	31.830	18,0	1.504.320.276	12,8	12.591.493.971	17,4
49	Meia Ponte	17.504	9,9	1.137.669.675	9,7	6.692.130.796	9,2
23	Vale do Rio dos Bois	16.968	9,6	1.053.096.974	9,0	4.570.947.407	6,3
275	Goiânia	35.454	20,1	1.002.328.507	8,6	9.986.590.559	13,8
22	Catalão	8.188	4,6	682.030.994	5,8	10.701.269.904	14,8
10	Pires do Rio	8.806	5,0	505.786.817	4,3	2.410.866.869	3,3
14	Ceres	6.406	3,6	378.163.461	3,2	3.865.406.194	5,3
31	Entorno do DF	6.350	3,6	351.010.795	3,0	1.722.001.345	2,4
3	Rio Vermelho	1.518	0,9	241.363.136	2,1	61.708.487	0,1
11	Porangatu	1.925	1,1	136.065.280	1,2	911.885.541	1,3
12	Anicuns	1.248	0,7	107.702.760	0,9	380.781.085	0,5
3	São Miguel do Araguaia	509	0,3	36.167.550	0,3	185.680.840	0,3
5	Iporá	244	0,1	7.968.150	0,1	127.412.171	0,2
4	Aragarças	147	0,1	4.660.663	0,0	22.792.485	0,0
1	Chapada dos Veadeiros	12	0,0	207.300	0,0	27.261.846	0,0
<b>650</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>176.622</b>	<b>100</b>	<b>11.714.692.340</b>	<b>100</b>	<b>72.458.065.133</b>	<b>100</b>

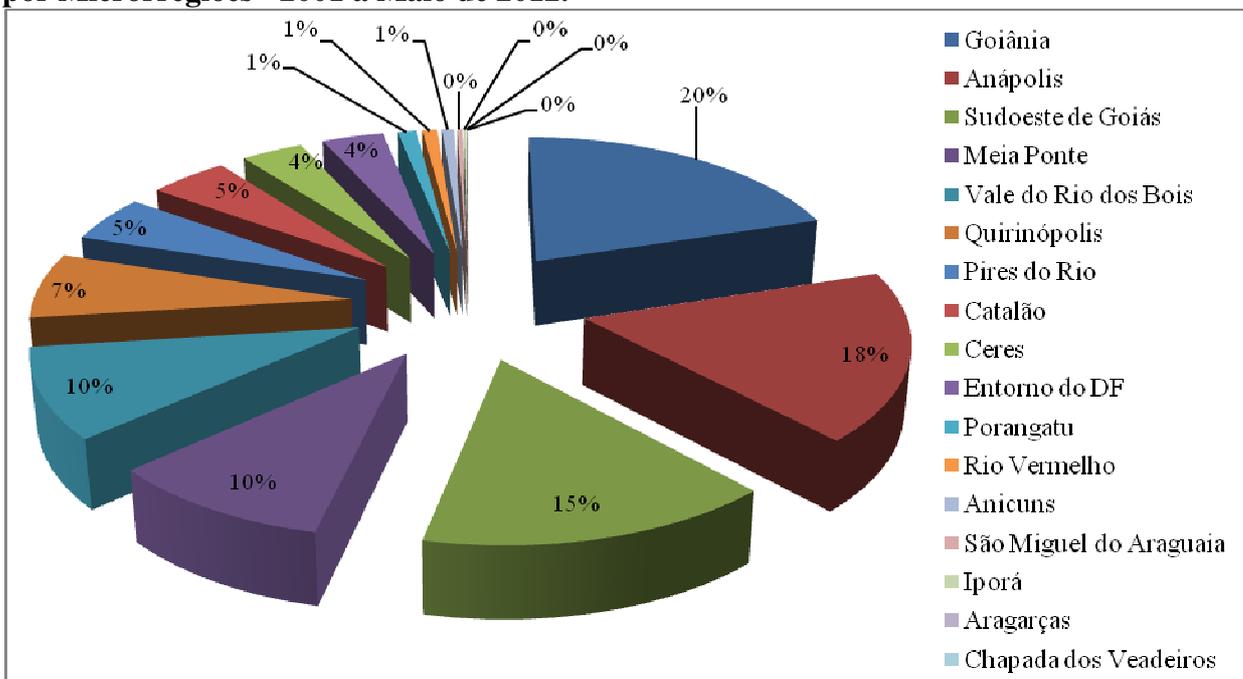
Fonte.: Secretaria de Indústria e Comércio.  
Elaboração dos autores

**Gráfico 3 - Projetos Contratados no Produzir - Representatividade dos Investimentos por Microrregiões - 2001 a Maio de 2012.**



Fonte: SIC/Produzir/Fomentar  
Elaboração dos autores

**Gráfico 4 - Projetos Contratados no Produzir - Representatividade dos Empregos por Microrregiões - 2001 a Maio de 2012.**



Fonte: SIC/Produzir/Fomentar  
Elaboração dos autores

Analisando-se a representatividade dos investimentos por segmento econômico (Tabela 11), destaca-se o montante previsto para o setor sucroalcooleiro e o de biocombustível que alcança 59,3% do total, ultrapassando setores tradicionais como o alimentício (6,6%), bebidas (8,8). O setor automobilístico prevê investimentos na ordem de 8,8%. Assim, a cesta de investimentos fortalece setores ligados ao agronegócio bem como atrai indústrias consideradas de ponta e de alta tecnologia como a de automóveis, fármacos e de siderurgia.

Os investimentos ligados à atividade Sucroalcooleira e Biocombustíveis (59,3%) somados à atividade automotiva e alimentícia absorvem 74,7% dos investimentos totais.

**Tabela 11 - Projetos Contratados do Produzir por Segmento Econômico, Representatividade do Investimento e Emprego - 2001 a Maio 2012**

Segmento Econômico	Projetos	Empregos	Repres. %	Investimento (R\$)	Repres. %	Benefício Concedido (R\$)	Repres. %
Sucroalcooleiro e Biocombustível	49	79.205	44,8	6.944.976.741	59,3	26.806.082.158	37,0
Automotivo	17	16.081	9,1	1.034.180.519	8,8	14.415.896.726	19,9
Alimentício	84	15.917	9,0	770.712.493	6,6	5.473.350.958	7,6
Bebidas	20	1.689	1,0	393.765.468	3,4	3.870.120.214	5,3
Farmacêutica e Farmoquímica	43	5.635	3,2	369.391.493	3,2	3.094.842.993	4,3
Siderúrgico	2	316	0,2	246.734.000	2,1	2.491.653.900	3,4
Laticínios	49	3.932	2,2	209.460.423	1,8	2.670.467.260	3,7
Agropecuário, Abatedouro e Frigorífico	16	5.564	3,2	205.371.763	1,8	1.696.961.991	2,3
Embalagens e Formulários	31	3.599	2,0	197.390.275	1,7	1.018.407.514	1,4
Minação	12	2.485	1,4	183.959.670	1,6	856.344.280	1,2
Químico	20	1.724	1,0	136.291.614	1,2	674.836.507	0,9
Higiene e Limpeza	15	3.330	1,9	122.040.119	1,0	808.380.647	1,1
Confecção e Têxtil	23	4.142	2,3	107.298.237	0,9	608.755.843	0,8
Móveis	23	3.369	1,9	94.867.656	0,8	986.066.200	1,4
Metalúrgico	29	3.930	2,2	83.077.730	0,7	565.162.434	0,8
Atacadista	5	848	0,5	69.392.427	0,6	259.380.164	0,4
Plásticos	21	2.313	1,3	65.687.841	0,6	264.367.318	0,4
Artefatos de Cimento, Borracha, Madeira, Metais, Mármore e Pré-Moldados	23	4.284	2,4	60.316.064	0,5	720.261.734	1,0
Cosméticos	13	2.863	1,6	40.570.975	0,3	397.529.675	0,5
Eletrônica	5	294	0,2	40.303.923	0,3	162.884.823	0,2
Reciclagem	17	1.530	0,9	34.514.942	0,3	469.229.967	0,6
Vidro	6	627	0,4	33.312.841	0,3	43.346.892	0,1
Máquinas e Equipamentos	17	1.868	1,1	24.803.730	0,2	386.328.157	0,5
Coureiro	7	428	0,2	23.470.672	0,2	978.209.984	1,4
Óleos Vegetais	4	365	0,2	22.665.896	0,2	737.415.969	1,0
Hospitalar	8	634	0,4	18.141.879	0,2	103.796.899	0,1
Outros	91	9.650	5,5	181.992.951	1,6	1.897.983.926	2,6
<b>Total</b>	<b>650</b>	<b>176.622</b>	<b>100</b>	<b>11.714.692.340</b>	<b>100</b>	<b>72.458.065.133</b>	<b>100</b>

Fonte.: Secretaria de Indústria e comércio.

Nota.: Preços atualizados em maio de 2012

Elaboração dos autores

Atualmente, 289 empresas estão utilizando o programa Produzir, contemplando 80 municípios em 17 microrregiões. Destas, 43,6% estão localizadas na Microrregião de Goiânia, que também ocupa o 1º lugar dos benefícios utilizados (22,8%), bem como do ICMS arrecadado (estimativa de 25,44%). Juntas, as microrregiões de Goiânia, Anápolis e Entorno do DF respondem, aproximadamente, por 55% do ICMS recolhido (Tabela 12 e Gráfico 5; estimativa), demonstrando forte concentração industrial. Com a implantação de todos os projetos contratados, as microrregiões do Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois passarão a ter forte representatividade na geração de empregos diretos, investimentos e ICMS. Por outro lado algumas microrregiões, apesar de todo esforço governamental e por questões demográficas, climáticas, logísticas etc., ainda não possuem capacidade de captação de recursos via Produzir, como a de São Miguel do Araguaia, Vão do Paraná, Rio Vermelho, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Aragarças e Anicuns.

**Tabela 12 - Projetos em Fruição no programa Produzir por Microrregiões e Representatividade do ICMS recolhido (Estimativa) - 2001 a Maio de 2012.**

Microrregiões	Empresas	Repres. %	Benefício Concedido (R\$)	Repres. %	Benefício Utilizado (R\$)	Repres. %	ICMS Recolhido (R\$)	Repres. %
Goiânia	126	43,6	4.458.400.566	14,9	591.151.618	22,8	265.448.507	25,4
Anápolis	57	19,7	3.598.963.842	12,1	421.737.105	16,3	157.387.636	15,1
Entorno do DF	13	4,5	2.088.372.430	7,0	401.165.637	15,5	148.376.331	14,2
Sudoeste de Goiás	24	8,3	9.853.644.373	33,0	378.281.576	14,6	147.077.807	14,1
Catalão	10	3,5	967.494.068	3,2	198.824.559	7,7	102.381.494	9,8
Meia Ponte	16	5,5	3.516.210.676	11,8	193.352.957	7,5	71.514.107	6,9
Ceres	12	4,2	1.536.751.446	5,2	125.570.073	4,8	46.443.726	4,5
Quirinópolis	5	1,7	1.968.883.107	6,6	105.264.277	4,1	38.933.363	3,7
Porangatu	3	1,0	339.796.823	1,1	103.425.721	4,0	38.253.349	3,7
Pires do Rio	4	1,4	446.922.598	1,5	27.515.436	1,1	10.176.942	1,0
Vale Rio dos Bois	6	2,1	904.405.258	3,0	26.596.914	1,0	9.837.215	0,9
Anicuns	6	2,1	87.258.471	0,3	7.012.598	0,3	2.593.700	0,2
Aragarças	3	1,0	15.084.218	0,1	6.771.251	0,3	2.504.435	0,2
Iporá	1	0,3	1.913.215	0,0	4.188.424	0,2	1.549.143	0,1
Chapada dos Veadeiros	1	0,3	27.948.988	0,1	2.503.906	0,1	926.102	0,1
Rio Vermelho	1	0,3	13.381.185	0,0	124.519	0,0	46.055	0,0
Vão do Paraná	1	0,3	3.886.280	0,0	95.408	0,0	35.288	0,0
<b>TOTAIS</b>	<b>289</b>	<b>100</b>	<b>29.829.317.545</b>	<b>100</b>	<b>2.593.581.977</b>	<b>100</b>	<b>1.043.485.200</b>	<b>100</b>

Fonte.: Secretaria de Indústria e Comércio.

Nota.: Preços atualizados em maio de 2012

Obs.: Há uma empresa usufruindo do Produzir no Vão do Paraná mas não consta na tabela das contratações (Tabela 10). Isso se deve ao fato de que, depois da contratação do benefício, a empresa solicitou mudança para outro município/microrregião.

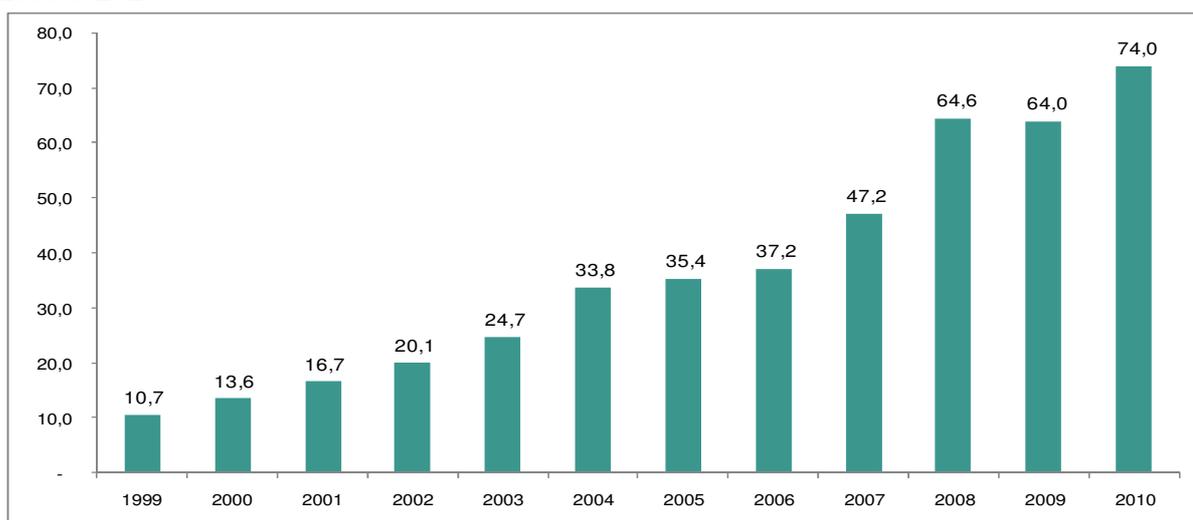
Elaboração dos autores.



A implementação das políticas de incentivo à produção industrial surtiu efeito e pode ser percebida nos números do Valor Adicionado<sup>14</sup> (VA) e Faturamento do setor, conforme Gráficos 6 e 7. De acordo com dados apresentados no Gráfico 6, em 1995, primeiro ano com dados disponíveis para o setor, o VA das indústrias de transformação e extrativa mineral somavam-se R\$ 1,59 bilhão, saltando para R\$ 12,51 bilhões no ano de 2009, com acréscimo nominal de 687%.

Embora os dados disponíveis de faturamento sejam de uma série mais curta (somente a partir de 1999), também comprovam o bom desempenho do setor industrial. Conforme apresentado no Gráfico 7, em 1999 as vendas da indústria somavam-se R\$ 10,8 bilhões, saltando para R\$ 74 bilhões no ano de 2009, com acréscimo nominal de 592% no período.

**Gráfico 7: Faturamento (em R\$ bilhões) do setor industrial do Estado de Goiás – 1999 a 2010**

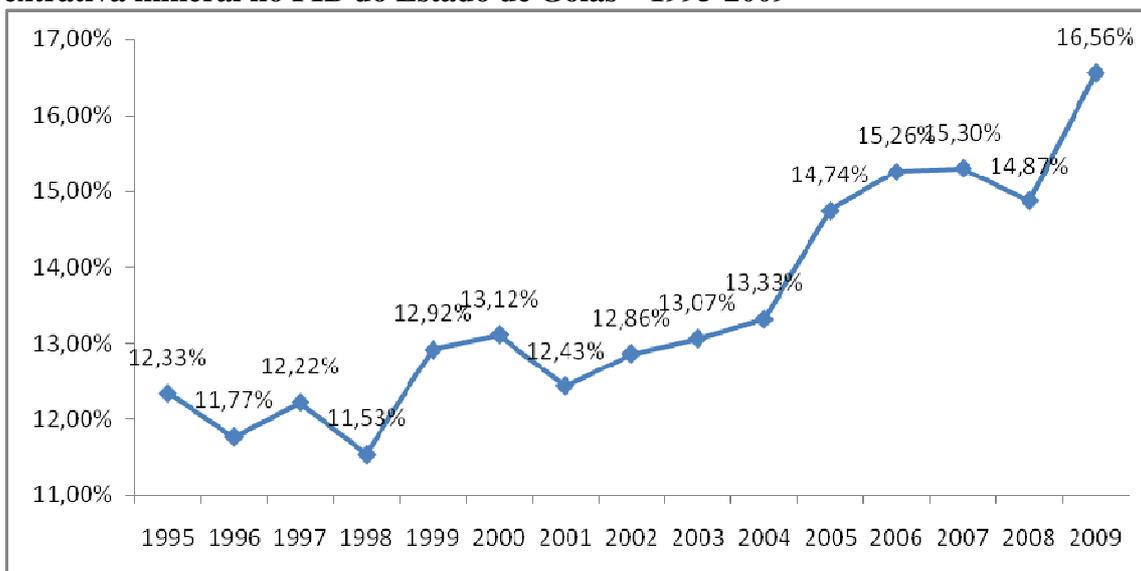


Fonte: Sefaz-GO  
Elaboração dos autores

O aumento vertiginoso do VA e do faturamento do setor industrial proporcionaram ganhos de participação do setor na geração de riquezas totais do Estado, como mostra o Gráfico 8. O conjunto da indústria de transformação e extrativa mineral participava com 12% em 1995, início da série histórica, tendo alcançado 16,6% do PIB do Estado em 2009, último dado disponível para comparação.

<sup>14</sup> Valor Adicionado (VA) refere-se à diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI).

**Gráfico 8: Participação do valor adicionado da indústria de transformação e extrativa mineral no PIB do Estado de Goiás – 1995-2009**



Fonte: Segplan/Sepin  
Elaboração dos autores

A elevação na participação do setor no PIB e a alta variação do faturamento têm a ver com a instalação de empreendimentos voltados para o processamento de produtos do setor agropecuário e a extração e transformação mineral. Diniz (1993) ressalta que a abordagem weberiana é adequada para explicar a localização de muitas destas empresas, que necessitam privilegiar localizações próximas às fontes de matéria-prima, pelo fato do custo do transporte influenciar na decisão do empreendedor. Mas outros novos setores com maior dinamismo têm contribuído muito nos últimos anos da série histórica dos dados apresentados, tais como a indústria química, farmacêutica e outras atividades ligadas ao setor metal-mecânico, graças aos programas de incentivos fiscais implementados pelo Estado de Goiás.

## 6 Considerações Finais

A primeira constatação é de que, com a operacionalização dos Programas Fomentar e Produzir surgem os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, como a Perdigão em Rio Verde, além de outras importantes indústrias como a automotiva, a mineral que iniciaram o processo de diversificação industrial em Goiás, como John Deere e Mitsubishi em Catalão, Hyundai em Anápolis e o polo farmacêutico de Anápolis com a Teuto, Neoquímica, entre outras.

Apesar dos esforços fica evidente a alta concentração dos recursos na Metade Sul de Goiás (médias ao redor de 80%), o que tende a manter as disparidades

e a tradicional desigualdade entre a Metade Norte e a Sul do Estado, reproduzindo o processo de concentração capitalista. Quando se observa a espacialização dos recursos aprovados e em fruição e os empregos a serem gerados, há alguma “pulverização” nas microrregiões do Estado como um todo, pelo menos a partir de 2003, mas a proporção é muito favorável à Metade Sul.

O programa contribuiu para incrementar o faturamento e o valor adicionado industrial do Estado.

A relação do Investimento Fixo como os empregos, a preços de 2010, é de R\$ 248.971. Já o Investimento Fixo somados aos Créditos em relação aos empregos é de R\$ 1.422.359. Ambas as relações para o período de 2001 a setembro de 2011.

Com relação aos empregos gerados pelos projetos em fruição do Produzir, fazendo-se a sua relação com o saldo do Caged chega-se a uma média anual de 12% entre 2001 e 2011. Ou seja, nota-se uma grande representatividade (12%) do programa no fomento à geração de emprego.

Ainda há algumas microrregiões que não usufruem dos benefícios do programa sendo que contribuem para tal situação a falta de infraestrutura e aglomeração de pessoas, dois requisitos interessantes para o investimento produtivo se tornar atrativo. Assim, nota-se que algumas microrregiões não possuem capacidade de captação dos recursos do Programa, principalmente as de Aragarças, Chapada dos Veadeiros, Iporá, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã.

O cenário em tela só será modificado se os programas permanecerem em operação seguindo as diretrizes atuais de maior interiorização dos investimentos, caso contrário, o Estado manterá o nível de concentração experimentado nas últimas décadas, seguindo o modelo de concentração das regiões Sul e Sudeste do país.

## **Referências**

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Revista Planejamento e Políticas Públicas-PPP*, IPEA, Brasília, n. 23, p.261-286, jun., 2001.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Revista Planejamento e Políticas Públicas-PPP*, IPEA, Brasília, n. 14, p.35-70, dez., 1996.

ARBEX JR. J.; OLIC, N. B. Rumo ao Centro-Oeste: o Brasil em regiões. Editora Moderna, São Paulo, 1996.

ARRIEL, M. F. Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana - 1999-2007. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=762](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=762)>. Acesso em: 05 de dez. 2010.

AZZONI, C. R. *Teoria da localização: uma análise crítica*. São Paulo: IPE/USP, 1982 (Ensaio Econômico, 19).

BARRETO, M. I. . Dimensões Recentes da Gestão Estratégica de Governos Subnacionais: Inserção Internacional e Integração regional. In: Seminário: *O Estado Contemporâneo na Economia Mundial, 2001*, Rio de Janeiro. Site do Seminário: O Estado Contemporâneo na Economia Mundial, 2001.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil:1970/95. *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/UNICAMP, n. 8, jun. 1997.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G. D. *A dinâmica agroindustrial do centro-oeste*. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, S. D. ; ESTEVAM, L.; ARIEL, M.; BRITO L.; COSTA, W.; COSTA L.. Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio. In: *“Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”*. Florianópolis: Ufsc, 2009 (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES).

CASTRO, S. D. Diretrizes de política industrial e tecnológica. Goiânia, 2007, mimeo.

CASTRO, S. D.; BRITO, L. Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.7. Seplan-GO, fev. 2006.

CASTRO, S. D.; BRITO, L. Lacunas na cadeia local de suprimentos do APL farmacêutico de Anápolis-Goiânia. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia n.5. Seplan-GO, ago. 2005.

CAVALCANTE, L. R. M. T. *Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização*. Salvador: Desenbahia. s/d. Disponível em: <[www.desenbahia.ba.gov.br](http://www.desenbahia.ba.gov.br)>. Acesso em: 20 jun 2009.

COSTA, J. da S. (coord.) – *Compêndio de economia regional*. Coimbra: APDR, 2002.

DINIZ C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. *Texto para discussão n 159*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

DINIZ, C. “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização” *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3 n.1, p. 35-64 1993.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, 6, p. 77-103, 1996.

ESTEVAM, L. A.. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FARIA, N. L. de. *Os benefícios sociais do programa fundo de participação e fomento a industrialização do estado de Goiás – Fomentar*, o período de 1992 A 2003. 2004. 64

f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Católica de Goiás, 2004.

FERREIRA, M. de F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.31, 2000.

GUIMARÃES, E. N.; FARIA, G. A. *Integração e desenvolvimento regional: uma proposta de regionalização em Minas Gerais*. 2006. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A026.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A026.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2010.

KRENAK, A.; MOREIRA, R.; SADER, R.; FAULHABER, P.; TARELHO, L. C.; OLIVEIRA, L. C.; CASTRO, B.; BARBOSA, Y. M. Território e cidadania: Da luta pela terra ao direito à vida. Editora Marco Zero, Pinheiros –SP, 1989.

LEMOS, M. B. et al. Espaços preferenciais e aglomerações Industriais. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. (Orgs). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: IPEA, 2005, p. 364-424.

LEMOS, M. B., DINIZ, C. C., GUERRA, L., MORO, S.. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003.

LIMA, A. M; SPINOLA, V. Interfaces do complexo industrial Ford nordeste com a cadeia petroquímica e com a indústria manufatureira de plásticos. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 39, p. 153-184, 2008.

LOPES, A. S. *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020)*. Mimeografado.

OLIVEIRA, D.V.; MARQUES, D. F.; ROMANATTO, E.; ARRIEL, M.F. As relações do comércio interestadual do estado de Goiás em 2009. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, nº 16 dez. 2010.

PACHECO, C. A.. *Fragmentação da nação*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

PASCHOAL, J. A. R. O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000 – 2008. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, nº 12, dez. 2009.

PASCHOAL, J. A. R. *O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)*. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PIRES M. J. S.; RAMOS, P. Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do Estado de Goiás. In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47º Congresso, Porto Alegre, 2009.

PIRES, M. J. de S. Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do estado de Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.12. Seplan-GO, p. 54-66, dez. 2009. Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)>. Acesso em: 10 jan 2010.

SABOIA, J. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia. *Texto para Discussão n. 452*, julho de 2001. Disponível em <[www.ie.ufrj.br](http://www.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 17 set 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. *Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2007*. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20 dez. 2009.

SEGPLAN-GO – Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás; Gerência de Contas Regionais; Série encadeada da variação acumulada do volume do Produto Interno Bruto a preços de mercado (base:1995 = 100); Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/tab06.htm> > Acesso em: 09 de mai. 2011.

SILVA, J. R. da ; FERRERA DE LIMA, J. ; PIFFER, Moacir. A Teoria da polarização como instrumento de programação econômica a nível regional. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 01, p. 48-56, 1999.

SOUZA, N. de J. de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. *Análise*, Porto Alegre, PUCRS, v. 16, n. 1, p. 87-112, 2005.

SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento Econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.